



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUARIAIS E CONTABILIDADE

**O SUBEMPREGO NO NORDESTE BRASILEIRO:
O ENFOQUE ESTRUTURAL (UMA RESENHA).**

FLÁRIS DE MORAES BARBOSA

FORTALEZA - CEARÁ
1995

“...Nossos conhecimentos fizeram-nos cépticos, nossa inteligência, empedernidos e cruéis. pensamos em demasia e sentimos bem pouco. Mais do que máquinas, precisamos de humanidade. Mais do que inteligência, precisamos de afeição e doçura. Sem essas virtudes, a vida será de violência e tudo será perdido.”

(O ÚLTIMO DISCURSO de “O Grande Ditador - Charles Chaplin).

**O SUBEMPREGO NO NORDESTE BRASILEIRO:
O ENFOQUE ESTRUTURAL (UMA RESENHA).**

Flaris de Moraes Barbosa

Monografia submetida à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito para a obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Dezembro - 1995

Fortaleza - Ceará

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Econômicas, outorgada pôr aquela Universidade e encontra-se à disposição na Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuariais e Contabilidade (FEAAC) - UFC.

As citações de quaisquer trechos desta monografia é permitida, desde que seja feita conforme as Normas de Ética Científica.

FLARIS DE MORAES BARBOSA

Monografia aprovada em: 20/12/95

Prof. Assuéro Ferreira (Orientador)

Prof. Aécio Alves de Oliveira

Prof. Euripedys Ewbank Rocha

AGRADECIMENTOS

...aos meus queridos e maravilhosos pais, pelo carinho e dedicação em todos os momentos.

...aos meus irmãos e meus verdadeiros amigos.

...ao Professor Assuéro Ferreira, pela amizade e orientação dada a este trabalho.

...a Deus, que me deu forças para superar as adversidades.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
<u>CAPÍTULO 1 - NORDESTE: ELEMENTOS TEÓRICOS DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO SUBEMPREGO</u>	09
1.1 - A Colocação do Problema do Subemprego no Nordeste Brasileiro.....	09
1.2 - Nordeste: Acumulação Capitalista, Divisão Interegional do Trabalho e Absorção de Mão-de-obra.....	12
1.3 - A Importância da Análise do Problema do Subemprego no Nordeste Brasileiro.....	18
<u>CAPÍTULO 2 - EVOLUÇÃO RECENTE DA ECONOMIA DO NORDESTE BRASILEIRO</u>	22
2.1 - A Divisão Geo-Econômica do Nordeste Brasileiro.....	22
2.2 - Nordeste Versus Brasil: Participação e Desempenho de 1970 à 1990.....	24
2.3 - A Formação dos Setores na Formação do Mercado de Trabalho e do PIB Nordestino.....	32
<u>CAPÍTULO 3 - ESTRUTURA DO SUBEMPREGO NO NORDESTE BRASILEIRO: 1970 - 1990</u>	37
3.1 - Evolução da População Economicamente Ativa do Nordeste Brasileiro: 1970 - 1990.....	39
3.2 - Evolução do Emprego no Nordeste Brasileiro: 1970 - 1990.....	40
3.3 - A Evolução do Subemprego no Nordeste Brasileiro: 1970 - 1990.....	43
ANEXO I - TABELAS	54
BIBLIOGRAFIA	59

INTRODUÇÃO

O Nordeste Brasileiro tem sido objeto de inúmeros estudos por motivos bastante conhecidos que vão desde a sua importância na história econômica e política brasileira até o fato de que nessa Região se localiza uma população que apresenta os níveis mais altos de pobreza relativa do País. Esta monografia propõe-se, em sentido de resenha, analisar as recentes transformações na estrutura ocupacional da Região, principalmente, no que se refere a subutilização da força de trabalho, ou subemprego.

Realmente o Nordeste apresenta problemas sociais significativos para o País, em que se destacam as condições de subutilização e sub-remuneração da força de trabalho. Ou seja, concordamos que: "nos últimos anos o Nordeste vem apresentando mudanças significativas no seu perfil sócio-econômico, principalmente no que se refere às de natureza urbano-industrial, porém permanecem as condições de subemprego urbano e rural em níveis críticos."(FERREIRA, 1982: p. 743). E ainda,... "a questão da subutilização de mão-de-obra está, portanto, associada a uma questão social mais ampla, qual seja, a de análise do mercado de trabalho regional e das próprias condições de produção existentes. Assim, a análise das formas de remuneração, de geração de oportunidades de emprego e de ocupação de mão-de-obra, está intimamente relacionada com a análise das mudanças que têm se processado na estrutura dos processos produtivos da economia regional." (JATOBÁ, 1983: p. 07).

Nesta análise, portanto, será estudada a questão do subemprego no Nordeste, definindo-se suas origens e suas conseqüências para o desenvolvimento da Região.

O trabalho está dividido em três capítulos apresentados da seguinte forma:

- O primeiro capítulo faz uma síntese de algumas concepções estruturais do subemprego no Nordeste.

- O segundo capítulo investiga a inserção da economia regional no contexto nacional, enfocando a participação de cada setor.

- O terceiro capítulo analisa as condições de mercado de trabalho regional, rural e urbano, avaliando, sua estrutura atual, particularmente ressaltando os problemas de subemprego e desemprego na Região.

CAPÍTULO 1 - NORDESTE: ELEMENTOS TEÓRICOS DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO SUBEMPREGO.

O que se pretende neste capítulo é fornecer alguns subsídios básicos para a compreensão do nível, padrão e natureza do subemprego numa economia capitalista, em particular a do Nordeste Brasileiro. Na realidade, constitui-se numa síntese de concepções estruturais de alguns autores que consideramos relevantes.

O presente capítulo está dividido em três seções. A primeira seção destaca o problema do subemprego na Região, numa visão estrutural, que deverá servir de referência básica para as interpretações nesta pesquisa. A segunda seção apresenta uma análise do processo de subemprego em relação ao desenvolvimento capitalista na Região, procurando demonstrar a tendência clara do crescimento do subemprego. A terceira seção destaca a importância da análise do subemprego na Região no sentido de encontrar as causas desse fenômeno.

1.1 - A Colocação do Problema do Subemprego no Nordeste Brasileiro.

O Nordeste Brasileiro apresenta significativos problemas sociais para o País, evidenciando-se as condições de subutilização e sub-remuneração da força de trabalho. Isso não se refere tão somente a essa Região, e sim, a todo o panorama brasileiro em que, se apresenta um progresso na criação de emprego, porém insuficiente para absorver todo o contingente de mão-de-obra disponível e o mais importante, apresentando desigualdades de renda em níveis alarmantes. Mas, é no Nordeste onde este problema apresenta-se com maior ênfase.

A Região realmente apresenta elevados índices de subemprego, tanto a nível urbano como rural e, conseqüentemente a maioria de sua população economicamente ativa se encontra com um nível de renda baixíssimo. Resumindo, o problema do emprego na Região envolve a presença de vasto setor informal urbano, "onde se equilibra a mão-de-obra que não é assimilada pelas novas atividades econômicas regionais ou que, diante da opção do

salário mínimo, prefere trabalhar autonomamente, sem horário, sem patrão, sem capataz." (CAVALCANTE, 1980: p. 12).

Além dos subempregados, a Região apresenta um contingente de sua população economicamente ativa totalmente desempregada, sobretudo entre os jovens que procuram emprego pela primeira vez. Entretanto, se analisarmos as estimativas sobre o desemprego e o subemprego no Nordeste nas duas últimas décadas (1970/90), utilizando-se das informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), verifica-se que os dados de desemprego aberto não são excessivamente alarmantes, muito pelo contrário, como veremos ao longo desse trabalho, os índices mostram valores considerados baixos no Nordeste, não chegando a 4% do total da força de trabalho da Região.

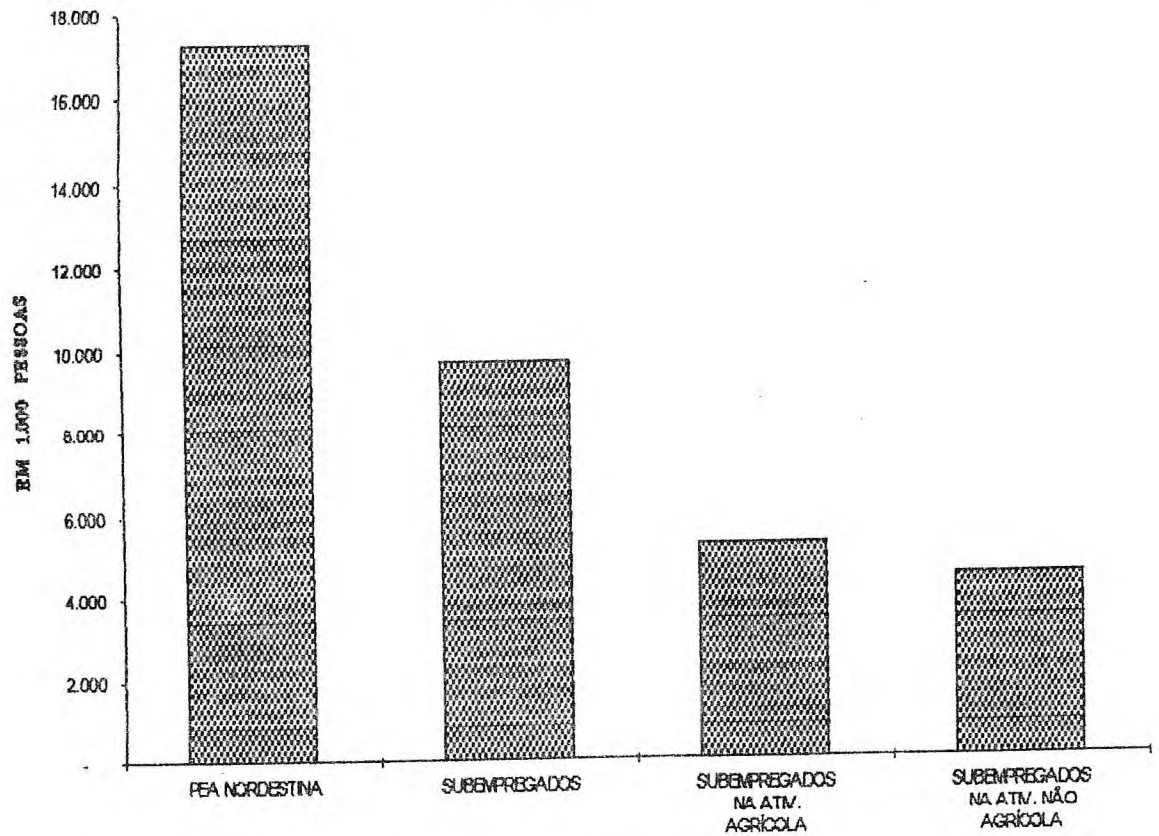
No entanto, quando se procura verificar o nível de subemprego, verifica-se que cerca de 56,1% da força de trabalho da Região estava subutilizada, em fins da década de oitenta. Somando-se ao desemprego aberto com os vários tipos de subemprego que se podem estimar a partir da PNAD, chegamos em 1990 com cerca de 9 milhões de pessoas subutilizadas na área da SUDENE (ver Gráfico 1.1).

A gravidade do problema reside nas formas de subutilização e sub-remuneração da população economicamente ativa, característica das economias não desenvolvidas. Pois o subemprego se verifica para "pessoas as quais a duração do trabalho não é anormalmente reduzida, mas cujas rendas são anormalmente baixas, ou que ocupam um emprego que não permite a plena utilização de suas capacidades ou de suas qualificações" (OIT - Conferência Internacional de Estatística do Trabalho. Medição de Subemprego: Conceitos e Métodos. Genebra, 1966).

É evidente, ao observar o Gráfico 1.1, que a subutilização do trabalho é ostensiva. Se ao lado do quadro de subutilização agrega-se o da sub-remuneração, a resultante indica uma grave problemática social cuja concentração rural é maior, mas que afeta, também, uma parcela significativa da população urbana.

GRÁFICO 1.1

SUBEMPREGADOS NO NORDESTE EM 1990



FONTE: Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) - 1990.

NOTA: Para o cálculo do nível de subemprego, usado neste trabalho, ver capítulo 03.

Falar do subemprego é relatar uma coletânea de problemas e aspectos da vida relacionados com a população de baixa renda, onde se apresentam os menos aproveitados no seu potencial de recursos humanos. Ou seja, estudar o problema do subemprego é analisar a estratégia de sobrevivência dos pobres.

Colocada a importância do problema do subemprego na Região, em seguida será feita uma resenha de alguns autores estudiosos do assunto para que possamos nos situar melhor no problema em foco.

1.2 - Nordeste: Acumulação capitalista, divisão interregional do trabalho e absorção de mão-de-obra.

Neste item serão apresentados, sumariamente, interpretações de alguns autores sobre o subemprego no Nordeste, sendo que, o assunto será abordado a partir do desenvolvimento capitalista na Região, inserida na divisão interregional do trabalho no Brasil, e seus efeitos na absorção de mão-de-obra.

O desenvolvimento do modo capitalista de produção e, seus reflexos sobre a força de trabalho "podem ser avaliados através do acompanhamento da evolução das forças produtivas capitalistas, ou seja, o trabalho esta diretamente subordinado ao capital e a razão desta subordinação está no fato de que a força de trabalho é uma mercadoria." (CASIMIRO, 1986: p.55).

Desse modo, "a cada ciclo produtivo far-se-ão sentir alterações no processo de trabalho que, por sua vez, exigirão uma crescente mobilidade da força de trabalho. Essa mobilidade assume formas, desde a migração (fundamentalmente, rural-urbana) à mobilidade entre os diferentes setores produtivos, entre distintas ocupações e profissões, tudo isso de acordo com o grau de desenvolvimento e o padrão de acumulação vigente." (CASIMIRO, 1986: p. 56).

Isso significa que, de acordo com Casimiro (1986: pp. 67-75), o processo de trabalho é dinâmico, mutável no tempo, onde novas ocupações vão surgindo enquanto outras vão perdendo sua importância e até desaparecendo, em função da dinâmica do sistema econômico.

Os deslocamentos da força de trabalho vinculados às transformações da estrutura econômica, muitas vezes, "não é nada mais do que um deslocamento espacial (migração rural-urbana) que não implica necessariamente em melhores condições de vida para os trabalhadores. Os demais deslocamentos "ascendentes" são poucos significativos ocorrendo em geral para o grupo imediatamente superior e são poucos significativos em termos da modificação do padrão de vida dos indivíduos." (MEYER, 1986: p. 247-248).

A complexidade da estrutura produtiva em relação ao mercado de trabalho, como apresentado por Meyer (1986: pp. 213-248) encontra o seu reverso quando existe simultaneamente uma organização do trabalho assalariado em grande escala, formas de simples assalariamento, autônomos, trabalhadores em serviços domésticos e trabalhadores eventuais. Isso é um exemplo claro da estrutura urbana, porém, mesmo considerando a estrutura de emprego rural diferente dessa, a tendência de assalariamento existe.

Quando esse fato ocorre, significa que o mercado de trabalho apresenta-se fortemente segmentado, ou seja, os processos de trabalho se diferenciam de modo intensivo, causando uma hierarquização da força de trabalho acompanhada por graves disparidades salariais, podendo ser citado como exemplo as atividades "*informais*" de organização da produção.

Diante desta interpretação sobre a evolução do processo de trabalho, chega-se a conclusão de que "uma parcela considerável da força de trabalho torna-se supérflua, ou seja, não mais necessária às exigências de reprodução capitalista. Esta parcela da população trabalhadora deslocada, jogada fora do mercado, é obrigada a buscar sua sobrevivência em formas de organizações da "*produção*" das mais variadas. Assim, a modernização do processo de trabalho, passando a exigir novas "*qualificações*" da mão-de-obra, contribui para ampliar, criar e recriar atividades que possibilitem a subsistência de amplas camadas da população." (TEIXEIRA, 1983: p.98).

Analisaremos os fatores determinantes da estrutura do emprego no Nordeste a partir da criação da SUDENE (dezembro de 1959). Período em que a ação do Estado deixa de ser uma simples amenizador do problema da seca e passa a intervir de maneira planejada na economia nordestina.

Como já apresentado por Ferreira (1982: pp. 743-745), e se verificando até a presente década, o Nordeste apresenta períodos férteis de transformações na sua estrutura econômica do Nordeste. Ademais, não se pode negar o fato de que estas transformações foram decorrentes, fundamentalmente, da política de planejamento implementada na Região,

através do mecanismo de incentivos fiscais, notadamente, nos seus aspectos urbano-industrial.

No momento, não nos interessa discutir a atuação da SUDENE na Região, no entanto deve-se destacar a importância dessa atuação como o início de uma nova reestruturação do quadro do emprego no Nordeste.

A SUDENE seria, nesse caso, a instituição encarregada de , via mecanismo fiscais e financeiros, atingir os objetivos propostos pela GTDN, que podem ser enumerados como sendo: "a) intensificar os investimentos industriais, com o fim de estabelecer um centro regional autônomo de produção manufatureira; b) transformar a agricultura nas zonas úmidas; c) assegurar a transformação progressiva da economia das zonas semi-áridas; d) promover o deslocamento da fronteira agrícola, de forma a incorporar na economia regional a fronteira do Maranhão." (CASIMIRO, 1986: p.86-87).

Entretanto, todas essas ações terminam por se resumir em implantar um parque industrial no Nordeste, que ficou responsável pela ampliação e generalização das relações de assalariamento, generalização das relações mercantis e monetarização dos custos de reprodução da força de trabalho, tarefa também realizada pela ação modernizadora do Estado, através da implantação de programas regionais, algumas dessas voltadas para o setor rural, desvinculados de um planejamento global, como nos casos do Projeto Nordeste e Projeto Sertanejo.

O que deve-se destacar, entretanto, é o fato de que "o crescimento econômico da Região se deu de acordo com a direção definida pelo padrão de acumulação adotada pelo centro mais desenvolvido da economia brasileira, o Centro-Sul, capitaneado por São Paulo." (CARVALHO, 1988: p. 40). Dessa forma, a estrutura industrial resultante da "*política regional*" de industrialização, deveria estar integrada ao pólo industrial dinâmico da economia, localizada no Centro-Sul.

Dessa maneira a indústria nordestina teve que se adaptar às necessidades de reprodução de capital do centro hegemônico e, seus efeitos quanto à geração de empregos na Região, são limitados. "Fica patente a incapacidade criadora de atividades induzidas a nível regional da economia, tornando, portanto evidente a fraqueza multiplicadora do emprego industrial." (TELXEIRA, 1983: p. 92).

Assim, demonstra-se que a expansão industrial nordestina está realmente subordinada ao setor hegemônico, nesse caso localizado no Sudeste e, "a própria divisão do trabalho no Nordeste é definida a partir dos interesses extra regionais." (CASIMIRO, 1986: p. 91).

Contudo, se "a modernidade da indústria parece vir satisfazer os interesses da classe capitalista (de dentro e de fora da Região), se ela é moderna, na medida em que adota processos intensivos em capital, e não atende à alta demanda por empregos na Região, não será por isso que vai concluir que o novo parque industrial de Nordeste não desempenha papel de grande destaque no processo de desenvolvimento da Região". (CARVALHO, 1988: p. 41).

As possibilidades de geração de novos empregos diretos por essa nova indústria que surgiu na Região não foi o suficiente para atender a demanda existente. Contudo, "o crescimento da indústria nordestina exerceu influência sobre o mercado de trabalho da Região, contribuindo para o aumento da chamada classe média. A influência da nova indústria foi nesse sentido, mais de natureza indireta, pelos efeitos provocados sobre o setor serviços, do que pela expansão direta a nível de emprego nas atividades industriais." (CARVALHO, 1988: p. 42).

Isso torna evidente o baixo grau de oferta de emprego diretos pelo setor industrial da Região, levando com que a atividade terciária cresça paralelamente à indústria, especificamente os segmentos de natureza predominantemente "informal", participando com grande peso no quadro ocupacional urbano.

Isso significa que, "em espaços econômicos onde o grau de industrialização é relativamente menor, onde os níveis de renda per capita são consideravelmente baixos, mas onde o processo urbanizador é sensivelmente intenso e a divisão social do trabalho segue seu curso normal com o decréscimo da importância relativa das atividades agrícolas, como é o Nordeste, as atividades terciárias ganham peso relativo considerável, especialmente as de precário nível organizacional". (JATOBÁ, 1983: p.262).

Mas, do mesmo modo, torna-se visível que no setor urbano ocorreu uma modernização nas atividades de comércio e serviços. Isso aconteceu devido ao crescimento ocupacional do sub-setor comércio de mercadorias, créditos e capitalização, profissionais liberais e prestação de serviços. Destes dois processos surge um setor terciário cujo traço fundamental é sua grande heterogeneidade estrutural.

Este crescimento ocupacional no setor urbano acontece pelo fato de que, a expansão do emprego no terciário está interligada com a evolução do produto e emprego nos setores agrícola e industrial. Isso pode ser verificado, primeiro, pelo "*efeito multiplicador de empregos*" do setor industrial para o terciário, segundo, pelo surgimento de uma mão-de-obra sobrando ao capital, levando as pessoas a ingressarem na atividade terciária, principalmente prestação de serviço e no comércio, para obterem, pelo menos, o ganho de sobrevivência.

No que se refere a estrutura agrária nordestina, de acordo com Teixeira (1983: pp. 99-100), esta tem apresentado nos últimos anos, uma mudança qualitativa nas suas relações de trabalho principalmente na substituição do trabalhador morador pelo trabalhador assalariado. Essas transformações no setor agrário a nível de trabalho vem acontecendo sem que as relações de propriedade sofram quaisquer modificações. Ao contrário, o que se tem observado é uma expansão dos latifúndios em comparação com as pequenas propriedades.

Desse modo, "as transformações nas relações de trabalho dentro de um quadro de rigidez da estrutura agrária, ao desestabilizar as relações sociais de trabalho no campo, faz do camponês, primeiro, um trabalhador intinerante, indiferente a quem deva vender sua força

de trabalho e, segundo, um homem sem compromissos ou vínculos com a terra, disposto, então a migrar para as cidades, em busca de melhores condições de vida." (TEIXEIRA, 1983: p.100).

A agropecuária tem causado efeitos marcantes sobre a estrutura do emprego rural. "A expansão pecuária procede nas áreas mais capitalistas e se intensifica nas áreas tradicionais produtoras de alimentos. Os efeitos dessa pecuarização sobre o emprego são a mercantilização da força de trabalho e a redução das oportunidades de emprego através da intensificação do uso de outros meios de produção relativamente ao trabalho. Acrescentando a esse fato, a agricultura é dada por transformações direcionadas a uma mercantilização crescente da produção, o capital financeiro, principalmente, e o agro-industrial têm se beneficiado largamente desse processo de mudanças."(JATOBÁ, 1983: p. 490-491).

Dessa forma, é de se destacar que o "setor agrário permaneceu sustentando um imobilismo relativo no tocante às relações produtivas, engendradas no complexo latifúndio-minifúndio. Ademais, os possíveis "*focos de modernização*" têm-se verificado serem capital-intensivo, e.g. os projetos de irrigação de médio e grandes portes, a par de uma pecuarização extensiva que decorre da política de crédito agrícola, disseminada a nível regional." (FERREIRA, 1982: p. 744).

Toda essa transformação no setor agropecuário, tem demonstrado uma tendência à redução das áreas voltadas para a produção de alimentos, diminuindo as oportunidades de emprego e reduzindo o padrão de vida da população rural, tendo como consequência imediata um aumento do excedente estrutural de trabalho que tende a migrar para os centros urbanos.

Desse modo, as transformações ocorridas nas relações de trabalho do setor agrícola, adicionando a rigidez de sua estrutura, impedem a permanência de muitos trabalhadores no campo, expulsando-os para as cidades. Essa migração para o setor urbano não é contrabalançada por uma atração compensatória pelo emprego não-agrícola, elevando cada vez mais os índices de subemprego na Região.

Diante do novo quadro econômico do Nordeste a partir da industrialização implantada pela SUDENE e, da rigidez do setor agrário, o setor terciário deixa de ter a simples função de distribuição e circulação dos bens e serviços e passa a sustentar, também, a expansão econômica dos demais setores.

Assim sendo, "a estrutura do emprego na Região, está intimamente associada: (1) à forma de inserção de suas atividades econômicas na divisão interregional do trabalho; (2) ao processo de industrialização que se opera através de uma tecnologia poupadora de mão-de-obra e que se configura num quadro de concentração e centralização do capital; (3) à organização do processo de trabalho, enquanto processo de valorização do capital e, finalmente, (4) à rigidez da estrutura agrária." (TELXEIRA, 1983: p. 99-100).

1.3 - A Importância da Análise do Problema do Subemprego no Nordeste Brasileiro.

De acordo com as análises até aqui apresentadas, podemos esperar um agravamento na questão do subemprego no Nordeste, tanto a nível urbano como rural.

Sem dúvida, há algumas características estruturais que têm marcado a natureza e o ritmo do desenvolvimento nordestino nestas últimas décadas e, por conseguinte, afetando diretamente a força de trabalho.

Constata-se, realmente, mudanças na estrutura econômica do Nordeste realizadas essencialmente por políticas implementadas na Região, através de incentivos fiscais, principalmente orientadas para o setor urbano-industrial.

Isso, porém, não foi o suficiente para melhorar o nível de emprego em geral, tanto urbano como rural de acordo com os índices derivados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar, como será posteriormente apresentado.

Vários são os motivos apresentados para explicar o aumento do subemprego na Região, tais como: o padrão de acumulação vigente, o esgotamento do processo de industrialização que teve pouco impacto sobre o emprego, rigidez na estrutura agrária, contribuindo para o êxodo rural, causando um crescimento na oferta da força de trabalho superior às necessidades da demanda por trabalho pelo núcleo organizado da economia, elevando a participação do setor terciário (prestação de serviços) na absorção de mão-de-obra, além do fato do crescimento demográfico.

Dessa forma, diante do esgotamento relativo da capacidade de geração de novos empregos e, da persistência do crescimento acelerado da oferta de mão-de-obra, por motivos anteriormente apresentados, a configuração do emprego parece mostrar uma tendência a participação crescente do subemprego tanto no setor urbano como no rural.

Diante do exposto, a participação crescente do subemprego no emprego total tem um caráter importantíssimo tanto nas discussões a nível das entidades governamentais como a nível acadêmico, para que possam ser apresentadas políticas de estratégia de desenvolvimento para o chamado setor "*informal*" da economia.

Todavia, a questão do subemprego deve ser discutida com cautela. Não resta dúvida de que em não fazer nada e fazer alguma coisa, é preferível a segunda. Acontece porém que,, qualquer que seja a estratégia de política adotada, esta tem suas limitações, por dois motivos: i) a natureza de que se reveste o papel do Estado capitalista e, ii) a própria dinâmica do movimento de acumulação capitalista.

No que se refere a função do Estado de manter ou criar condições para a acumulação de capital, realmente ele possui um papel importante de suporte no processo de acumulação, usando o excedente captado sob forma de imposto para aplicá-lo como crédito para os capitalistas.

De fato, esse crédito irá "financiar o movimento de centralização dos capitais, recusando sua utilização com o gasto improdutivo e, lançar-se-á em esfera produtiva,

transformando o caráter de sua intervenção de simples agente técnico da divisão do trabalho.” (OLIVEIRA, 1974: p.102). Pode-se exemplificar com os incentivos fiscais 34/18, FINOR, Finam, Fiset, PIN, FNE, etc.

Estado também se apresenta com a função de entidade produtora de mercadorias, conseqüentemente mais-valia. Ou seja, “o Estado não dirige mais simplesmente a parte do excedente que capta na manutenção de serviços improdutivos, mais da transformação porque passou a produzir maioria dos bens e serviços dos mesmos, está agora com caráter próprio de produtor de mais-valia e, nesse sentido não pode ele apresentar-se mais como oferecendo indiscriminadamente esses bens e serviços por debaixo de seu custo.” (OLIVEIRA, 1974: p.103).

Além disso, uma política para desenvolver o setor informal entra em contradição. Pois, “o Estado como representante do capital em geral, canaliza a maioria dos recursos para o setor oligopolista da economia. No momento em que ele (Estado) pretende se legitimar diante da sociedade, criando condições materiais de apoio ao setor informal, ele se descaracterizará de sua função primordial de agente geral da expansão do processo de acumulação de capital.” (TELXEIRA, 1983: p. 118).

Este fato não quer dizer que o Estado não possa apoiar o desenvolvimento de algumas atividades informais, tais como às micro-unidades de produção, mas essa participação é limitada pelo próprio caráter do Estado capitalista, pois não pode optar por uma política clara de apoio a esse setor e nem teria recursos suficientes para atender aos dois setores da economia: o “*formal*” e o “*informal*”.

Há também a dificuldade de implementação de uma política para o setor informal devido a dificuldade de delimitação do espaço de atuação deste setor. Ou seja, “os espaços econômicos para atuação da produção informal são criados, destruídos e recriados pelo movimento de acumulação de capital, sobre o qual o Estado não tem nenhum poder de delimitação.” (TELXEIRA, 1983: p. 119).

Os próximos capítulos pretendem fornecer alguns subsídios para o conhecimento das características da estrutura ocupacional nordestina e suas transformações, principalmente nas duas últimas décadas (1970/90), no que se refere a questão do subemprego. Restringindo o campo de estudo à análise das mudanças sócio-econômicas da Região, principalmente os de natureza urbano-industrial e a evolução do mercado de trabalho justamente com as condições de produção existentes.

CAPÍTULO 2 - EVOLUÇÃO RECENTE DA ECONOMIA DO NORDESTE BRASILEIRO.

O presente capítulo pretende mostrar a participação e o desempenho da economia nordestina e sua contribuição na formação do Produto Interno Bruto do Brasil, bem como apresentar a participação dos setores econômicos na formação desse PIB.

Este capítulo está subdividido em três seções. A primeira seção destaca a Região Nordeste dividida em sub-regiões, apresentando suas características econômicas e sociais. Na segunda seção apresenta-se a participação e o desempenho da economia do Nordeste em comparação com a do Brasil. Na terceira seção apresenta-se a participação dos setores econômicos nordestinos na formação do mercado de trabalho e do PIB da Região.

2.1 - A Divisão Geo-Econômica do Nordeste Brasileiro.

O Nordeste ocupa uma área de 1.556 mil Km², correspondendo a 18,28% da área do País, e abriga uma população de 42,8 milhões, cerca de 28,5% da nacional em 1990 e está subdividida em quatro grandes sub-regiões naturais e geográficas.

De acordo com Meyer a região Nordeste pode ser sub-dividida em Zona da Mata e do Litoral Oriental, estendendo-se do Rio Grande do Norte até o sul da Bahia, ocupa uma parcela do território nordestino (menos de 18,2% de sua área) porém concentra parte significativa de sua população, (cerca de 29,8%); o agreste, zona intermediária entre a Mata e o Sertão, ocupa uma área equivalente a ocupada pela Mata, mas com uma densidade populacional mais baixa, uma vez que nela vive cerca de 18,7% da população nordestina; o Sertão e o Litoral Setentrional, a área mais extensa, ocupando aproximadamente 49% da região nordestina, abriga pouco mais de 35,6% da população regional; finalmente o Meio Norte compreende extensa área do Piauí e do Maranhão, com uma população que corresponde à cerca de 16,9% do total da população do Nordeste.

A divisão do Nordeste em sub-regiões é válida no sentido de que é útil para uma descrição sucinta da realidade nordestina, permitindo localizar realidades sócio-econômicas particulares, cuja articulação e integração nos permite falar do Nordeste não apenas como uma região geográfica, mas como uma região econômica e política.

As sub-regiões do Nordeste podem ser caracterizadas, como apresentado por Meyer, (1986: pp. 213-221), da seguinte forma: a região da Mata e do Litoral Oriente, cuja única área em que a população urbana excede a rural, porque nela estão as várias capitais, dentre as quais as mais importantes são Recife e Salvador. Pode ser considerada a sub-região mais importante do Nordeste, não só pela sua alta densidade populacional, mais também por ser o "locus" da economia açucareira, que durante séculos se constituiu na principal atividade econômica da Região. Além disso, é ainda o pólo de concentração da industrialização nordestina, e também "palco" da existência de um processo de fortalecimento de uma economia camponesa marginal, provocada pela expulsão das terras e assalariamento de trabalhadores das propriedades canavieiras.

O Agreste, atualmente, tem suas terras apropriadas sob a forma de pequenas propriedades produtoras de feijão, milho, fava, algodão e grandes fazendas de gado. A valorização da atividade pecuária e o crescimento da população contribuiu para que cada vez mais se torne menor a área de terra oferecida aos agricultores pelos pecuaristas. Isso obriga a maioria da população do agreste a se deslocarem para outras regiões onde a maioria das oportunidades de emprego vão se localizar na construção civil e no comércio.

No Sertão e Litoral Setentrional, 63,8% da população vive no campo. A pecuária é a atividade econômica mais importante, desenvolvida de forma isolada ou em parceria com o algodão. Os grandes proprietários residem, em geral nas cidades do interior mais próximo as suas fazendas, dedicando-se a outras atividades econômicas, principalmente ao comércio.

O Sertão apresenta ainda outras regiões de características climáticas e topográficas distintas das demais áreas sertanejas. São as serras frescas e o cariri, consideradas "verdadeiros oásis" no sertão árido. Essas áreas caracterizam-se pelo grande número de

pequenas propriedades voltadas para a policultura, cultivando, inclusive, cana-de-açúcar, que é moída nos engenho de rapadura vizinhos. Estes também são de dimensões bem reduzidas, sendo inclusive chamados de sítios.

No Meio Norte, onde a população rural representa 71,6% do total, podemos distinguir duas áreas: uma onde predomina a agricultura e a outra a pecuarização. Nas fazendas de gado, observa-se a prática de uma agricultura de subsistência para a população da fazenda e suplementar a alimentação do gado, pois, nesta área os pastos são pobres em nutrientes.

A Região Nordeste se caracteriza por possuir uma população rural extremamente numerosa, que está inserida de diversas formas nas várias atividades econômicas que compõem o complexo rural nordestino. Essa população é superior a urbana, compreendendo cerca de 57,9% do total.

2.2 - Nordeste Versus Brasil: Participação e Desempenho de 1970 à 1990.

O início da década de sessenta assinalou um marco decisivo da história econômica do Nordeste, porque nesse decênio introduziu-se avançado modelo de tratamento da questão regional elaborada a partir dos estudos feitos pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN).

O GTDN tinha como objetivo fundamental “a eliminação dos enclaves de pobreza inseridas tanto a nível urbano quanto rural. Isso deveria ocorrer via modificações técnicas compatíveis do setor agrário *vis-à-vis* à implementação industrial diferenciada e integrada à produção de matérias-primas regionais, que possibilitasse aumentos significativos de produtividade, cujas transferências na forma de rendimentos viessem a proporcionar melhores condições de vida para a população.” (FERREIRA, 1982: p. 745).

Como consequência dessa mudança de diretriz, o Governo Federal adotou um conjunto de ações integradas, abrangendo estímulos aos vários aspectos da vida econômica

da Região, inclusive a concepção de novos organismos para realizar a tarefa concernente ao desenvolvimento nordestino, daí derivou-se a criação da SUDENE.

Somente a partir dos incentivos da SUDENE verificou-se o surgimento de novas unidades industriais modernas, o que é chamado por alguns autores de “a nova industrialização nordestina”.

Atualmente, se observamos “as séries históricas do PIB do Brasil e do Nordeste chama a atenção, de imediato, o fato de as taxas relativas a ambos apresentarem trajetórias assemelhadas, apesar de mostrarem percentuais diferentes de variação anual. Isso é revelador, por um lado, dos reflexos que tem o comportamento da economia nacional sobre as economias regionais e, por outro lado, da existência de diferentes fatores que impulsionam o complexo econômico nacional e, no caso em apreço, a economia nordestina.”(DUARTE, 1989: P. 339).

Porém, a economia nordestina ainda está distante do padrão nacional, tanto no que diz respeito às variáveis econômicas quanto aos indicadores sociais, apesar da melhoria do ritmo das taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIBcf).

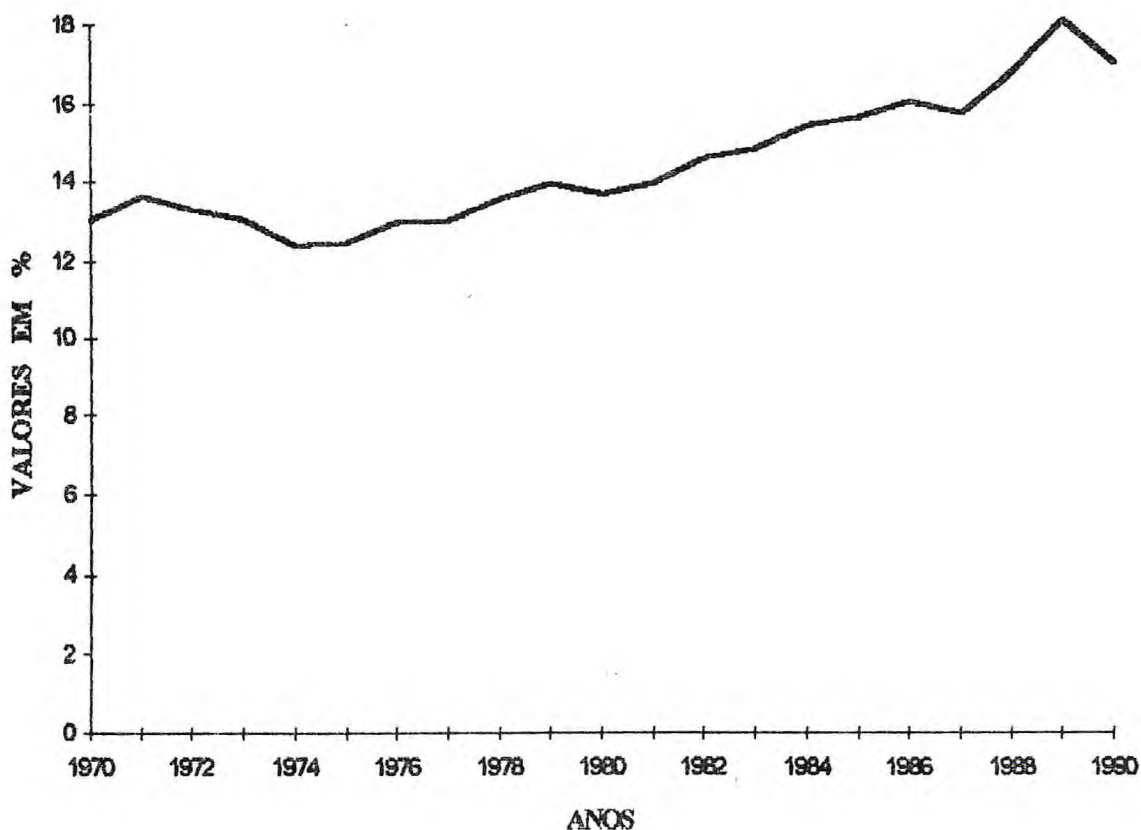
“Por outro lado, as desigualdades intra-regionais são também acentuadas, ocorrendo concentração das atividades econômicas, principalmente do setor industrial, nos Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará. Paralelo a isso, em cada Estado ocorreu também um acelerado processo de urbanização da Região em direção às capitais estaduais situadas na zona litorânea, destacando-se, em particular, as regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador, incluídas entre as dez cidades mais populosas do país.”(ALMEIDA & SOARES, 1994: p. 476).

Todavia, é oportuno ressaltar que o Nordeste, “nas últimas quatro décadas, passou de uma Região meramente produtora de bens tradicionais, geralmente com base no extrativismo, para produzir, atualmente, aço especiais, produtos eletrônicos, equipamentos para irrigação, barcos, baterias, produtos petroquímicos, calçados de couro e de lona,

tecidos de todos os tipos, uvas finas, manga, melão, acerola e outras frutas para consumo interno e para exportação.” (MELO, 1994: p.06).

GRÁFICO 2.1

PARTICIPAÇÃO DO PIB NORDESTINO NO PIB BRASILEIRO



FONTE: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil de 1992.

SUDENE - Agregados Econômicos Regionais do Nordeste do Brasil.

NOTA: Ver Tabela 02 no Anexo I.

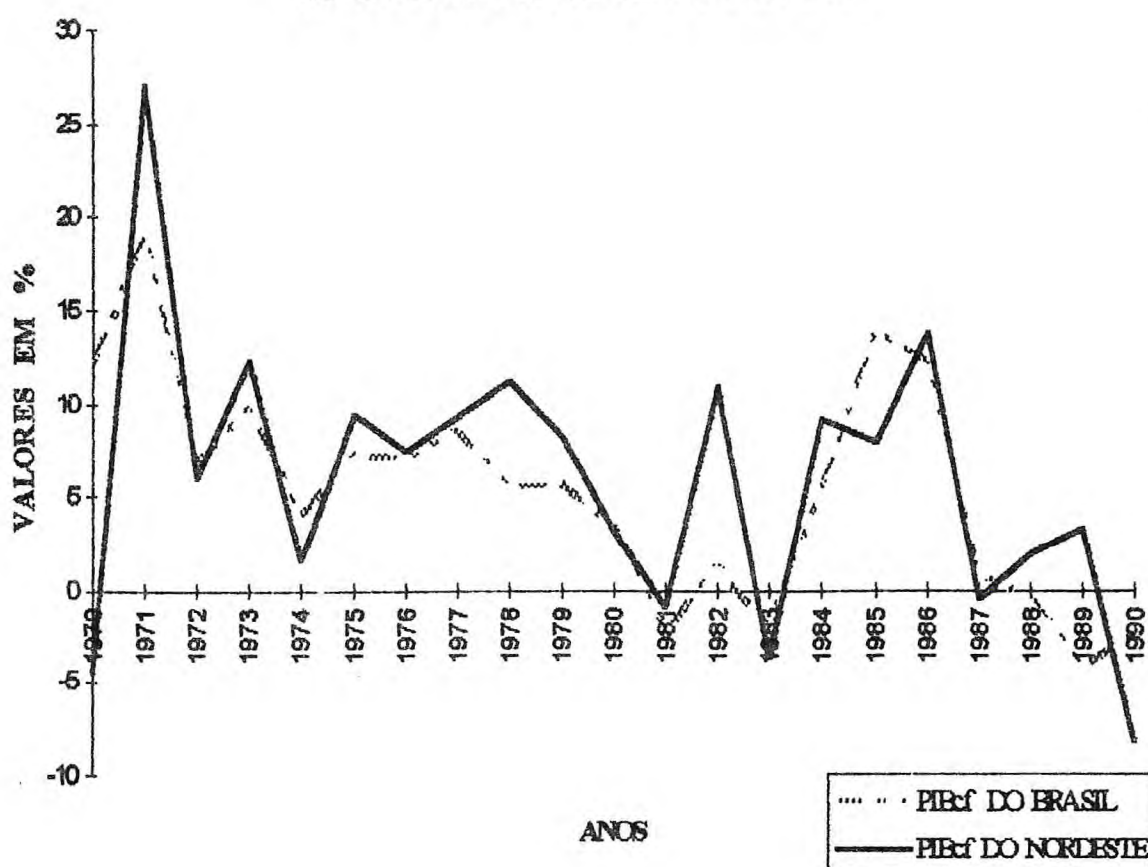
Ao estabelecer um paralelo entre o Produto Interno Bruto do Brasil e do Nordeste, mostrando o desempenho regional e sua repercussão na economia nacional no período de 1970 à 1990, (ver Gráfico 2.1), observa-se que em termos relativos, o Nordeste contribuiu com aproximadamente com 13,5% do PIB nacional, em 1971 à 1973 e 1978 à 1981. Já durante os anos de 1982 à 1987 contribuiu com aproximadamente 15,5%, chegando aos

anos 90 com um índice aproximado de 16,9%. Isso significa que, nesse período a renda *per capita* nacional evoluiu de U\$ 794 para U\$1.822 e a do Nordeste de U\$ 453 para U\$ 1.103, ou seja, uma taxa média anual de 3,38 e 3,62%, respectivamente.

GRÁFICO 2.2

TAXAS DE CRESCIMENTO

PIB DO BRASIL VERSUS PIB DO NORDESTE



FONTE: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, 1992.

SUDENE - Agregados Econômicos Regionais do Nordeste do Brasil.

NOTA: Ver Tabela 03 no Anexo I

“A queda da participação do PIB e sua posterior recuperação se deram em fases bem definidas da economia brasileira e põem em evidência o fato de que a economia regional cresceu mais que a nacional nos anos de crise e vice-versa, (ver Gráfico 2.2), indicando este comportamento a existência de uma relação entre os ritmos de crescimento do Brasil e do

Nordeste, em períodos de expansão e recessão da economia nacional.”(GUIMARÃES, 1994: p. 10; GOMES, 1987: p. 08).

Está evolução, tanto da economia brasileira como a nordestina, apresentaram períodos bem distintos, como mostrado por Duarte (1989, pp. 339-378):

- a) ocorrência de altas taxas de crescimento entre 1971 e 1973;
- b) período de alternância de taxas elevadas e moderadas entre 1974 e 1980;
- c) crescimento negativo entre 1981 e 1983;
- d) retorno à fase de alternância de taxas altas e moderadas entre 1984 e 1986;
- e) queda acentuada do PIB do Brasil e taxa negativa do PIB Nordestino em 1987, ocorrido por causa de uma estiagem no Nordeste, que resultou em perda de 5,4 milhões de toneladas de produtos agrícolas;
- f) comportamento inverso das duas economias entre 1988 e 1989, com crescimento positivo da economia do Nordeste.
- g) em 1990 houve uma acentuada queda no PIB nordestino provocado principalmente por uma baixa produtividade no setor agrícola.

No período de 1970/90, a taxa de crescimento do PIB nordestino superou à registrada para o País (5,7% contra 5,3%), isso deve-se ao desempenho dos setores da economia nordestina, que apresentaram um comportamento bastante satisfatório. O setor industrial contribuiu, em média, com 26% para a formação do PIB regional, o setor agrícola participou com 16% e o setor serviços com 58%.

De acordo com Duarte (1989, pp. 339-378), essas fases correspondem, respectivamente, aos seguintes momentos da história recente da economia brasileira:

a) período final do ciclo expansivo, que ficou conhecido como a época do “*milagre econômico*”;

b) fase de desaceleração da economia, em decorrência do “*choque do petróleo*” e da redução do fluxo de capitais externos;

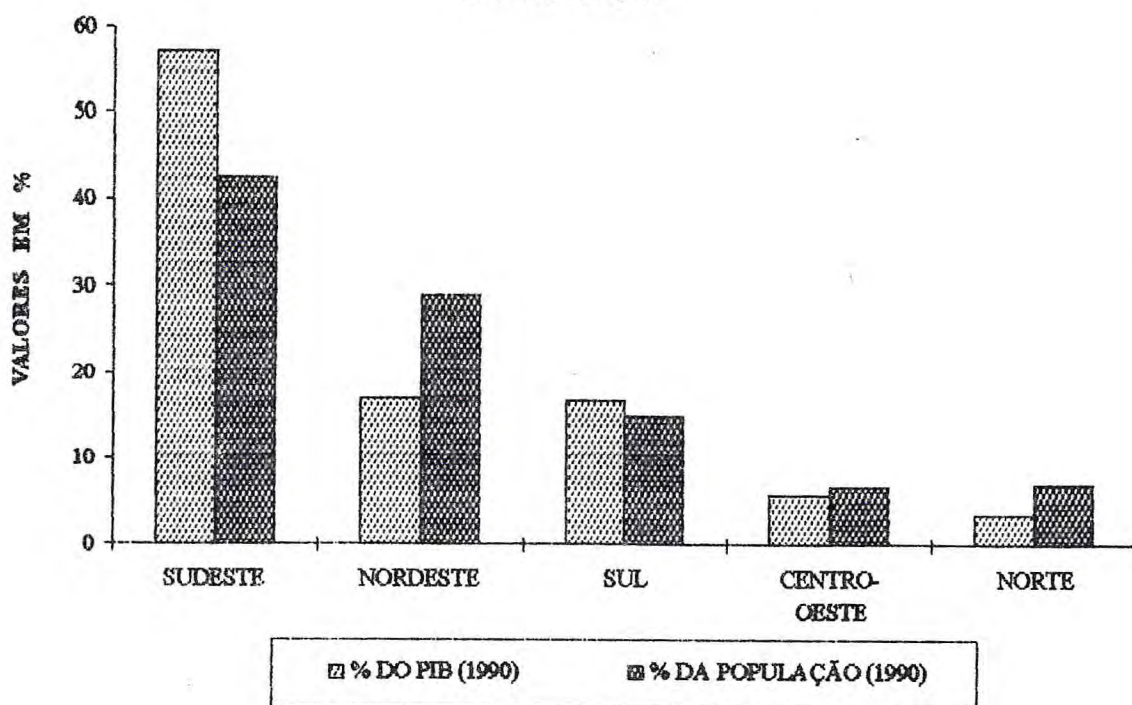
c) período recessivo coincidente com a crise econômica mundial;

d) fase de recuperação, correspondente ao novo surto de crescimento das economias capitalistas centrais;

e) reaparecimento da crise econômica que tem afetado os países endividados.

GRÁFICO 2.3

PARTICIPAÇÕES DAS REGIÕES BRASILEIRAS NA FORMAÇÃO DO PIB E DA POPULAÇÃO



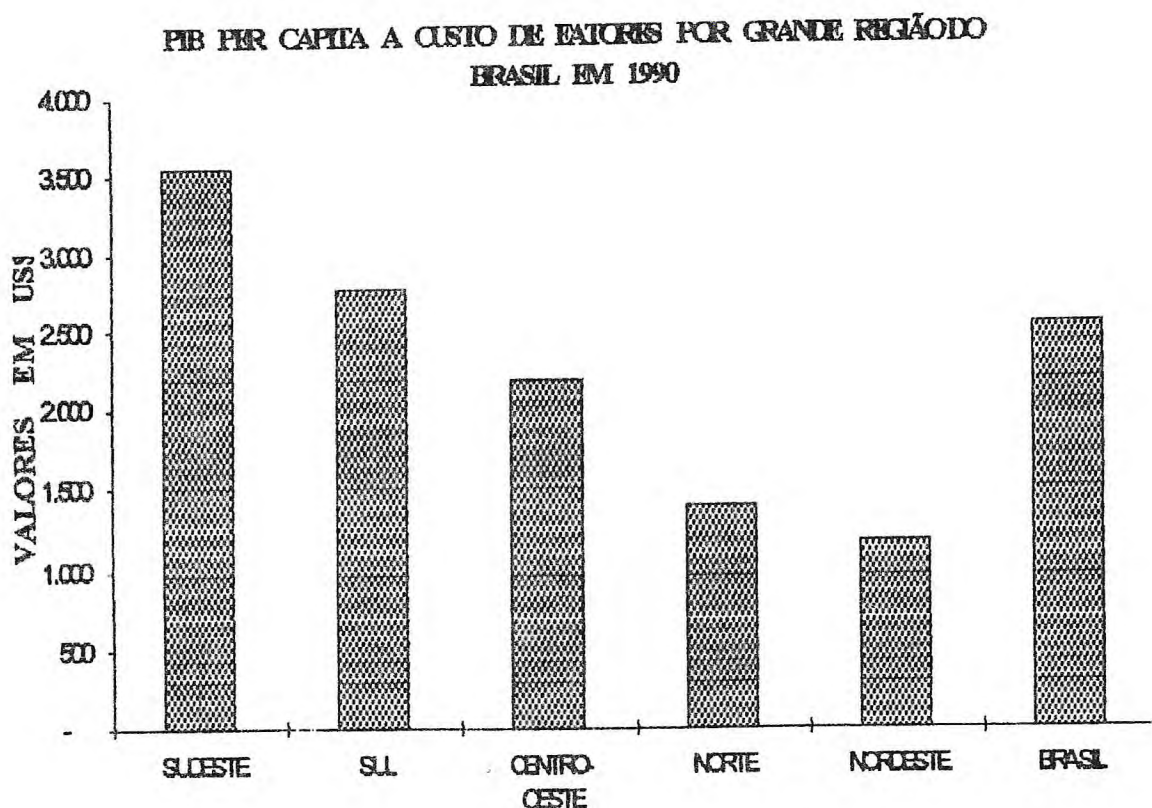
FONTE: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil. 1992.

NOTA: Ver Tabela 05 no Anexo I.

Embora o crescimento rápido dos anos 70 tenha provocado melhoria nos indicadores econômicos, as desigualdades relativas entre as Regiões brasileiras são ainda impressionantes. Por exemplo, o Nordeste abriga 28,91% da população e participa com apenas 16,91% no Produto Interno Bruto (ver Gráfico 2.3).

O produto per capita médio da região mais atrasada, o Nordeste, em 1990, representava 46% do brasileiro e apenas 33% do da região Sudeste (ver Gráfico 2.4).

GRÁFICO 2.4



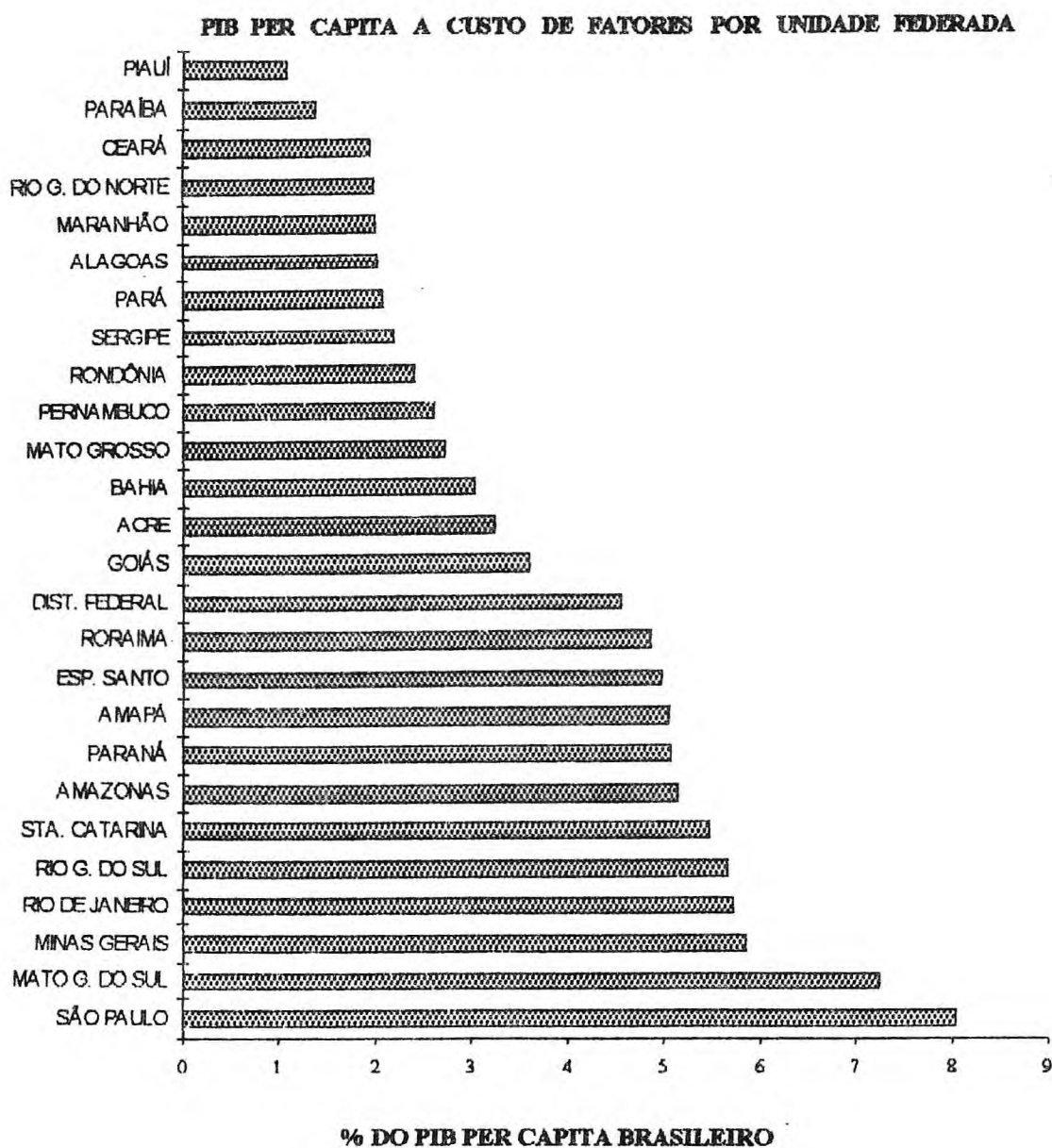
FONTE: Congresso Nacional/ Valores projetados pelo Programa de Estudos dos Estados, a partir dos dados do IBGE - Anuário Estatístico do Brasil. 1992.

NOTA: Ver Tabela 06 no Anexo I.

Desagregado em unidades federais, esse indicador revela que os Estados do Sul e Sudeste estão entre os dez que têm a maior renda per capita; no outro extremo, figuram os

do Nordeste. A distância que separa o primeiro, São Paulo, do último, Piauí, é de quase oito vezes (ver Gráfico 2.5).

GRÁFICO 2.5



FONTE: Congresso Nacional/IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, 1992.

Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar, 1990. (Exclusivo o Estado do Tocantins).

NOTA: Ver Tabela 07 no Anexo I.

2.3 - A Participação dos Setores Econômicos na Formação do Mercado de Trabalho e do PIB Nordestino.

A criação da SUDENE dá início a intervenção planejada do Estado na economia nordestina, com o suposto objetivo de atender aos distintos interesses de classe. Sua atuação já foi por demais discutida, porém, deve-se destacar “o papel desta atuação como um marco na nova forma de divisão inter-regional do trabalho entre as Regiões e sua ação sobre o quadro de emprego no Nordeste.” (CASIMIRO, 1986: p. 86).

Entretanto a atuação da SUDENE na Região ficou, praticamente resumida apenas na implantação de um parque industrial. “Neste sentido, o que se constata é a emergência de setores considerados dinâmicos, redefinindo o perfil industrial, destacando-se os de Química, Minerais Não-metálicos, Metalúrgica e Mecânica, reduzindo, relativamente a influência de setores tradicionais, como os de Têxtil e Produtos Alimentares, tanto no que se relaciona à geração de renda quanto do emprego.” (FERREIRA, 1982: p.743).

Todavia, a industrialização que se realizou no Nordeste visava encontrar, na Região, um mercado para a indústria do Centro-Sul e, não uma industrialização voltada para atender às necessidades locais. Dessa forma, fica claro que “a estrutura industrial resultante da política regional de industrialização, teria necessariamente que estar acoplada à matriz industrial do polo dinâmico da economia.” (TEIXEIRA, 1983: p. 91).

Neste último ponto, deve-se frisar a idéia conclusiva de Teixeira (1993, pp. 90-95) de que apesar da industrialização do Nordeste ter-se realizado com base nos ramos considerados dinâmicos e com maiores possibilidades de efeitos para trás, não parece ser este o resultado provocado, pelo menos a curto e médio prazo. A industrialização do Nordeste mostrou alto grau de dependência e uma total funcionalidade em relação à indústria do Centro-Sul.

Portanto, os efeitos da industrialização do Nordeste são reduzidos no sentido de provocar maior rede de fluxo intra-setoriais a nível da Região Nordeste, e de criar a possibilidade de novas atividades com um grau razoável de interdependência.

Assim sendo, “fica visível como a nossa industrialização foi incapaz de criar atividades induzidas a nível regional da economia, evidenciando a fraqueza multiplicadora do emprego industrial. A repercussão da industrialização do Nordeste sobre o emprego pode ser considerada pouco significativa, pelo fato de que a estrutura industrial, resultante das políticas de desenvolvimento para o Nordeste, esta interligada a uma matriz de insumo-produto localizada no Centro-Sul do País, adicionando ao fato de possuir uma estrutura concentradora de capital.” (CASIMIRO, 1986: p.91).

Dessa forma pode-se afirmar que “o processo de industrialização do Nordeste, por repousar sobre uma base com fracos efeitos de criação de atividades induzidas, elevado grau de centralização, um mercado interno consumidor limitado e, a própria incapacidade da SUDENE, como órgão de planejamento, de promover autonomia de desenvolvimento regional, foi incapaz de resolver o problema social mais agudo da Região: qual seja a redução do desemprego.” (TEIXEIRA, 1983: p.94).

Além disso, “é fato plausível que o setor agrário permaneceu sustentando um imobilismo relativo no tocante às relações produtivas, engendradas no complexo latifúndio-minifúndio. Ademais, os possíveis focos de modernização têm-se verificado serem capital-intensivo, e, os projetos de irrigação de médio e grande porte, a par de uma pecuarização extensiva, que decorre de políticas de crédito agrícola, disseminado a nível regional.” (FERREIRA, 1982 p.744).

Dessa forma, pode-se explicar a urbanização nordestina pela manutenção da estrutura agrária concentrada, que expulsa, do que, pela industrialização a cuja dinâmica a Região está subordinada. “Comparativamente às estruturas agrárias das demais regiões brasileiras, o Nordeste é um exemplo peculiar. A conformação de sua estrutura agrária se origina na sua própria forma histórica de ocupação. É necessário, destacar, no entanto, que a tendência de

concentração sempre foi mantida e em alguns casos acentuada. Assim em nenhum momento a ação expulsora do complexo latifúndio-minifúndio foi reduzida.” (CASIMIRO, 1986: p. 91-92).

E, se observarmos a ação do Estado nos últimos anos, no que se refere ao desenvolvimento do setor agrário, “ainda reverte um caráter conservador modernizante, modificando as relações de produção, sem contudo, alterar a estrutura fundiária, ao contrário, reafirma essa estrutura sem conseguir reduzir o fluxo campo-cidade.” (CASIMIRO, 1986: p. 93).

Do ponto de vista urbano, houve uma certa modernização nas atividades de comércio e serviços. Isso se revela pelo crescimento ocupacional do sub-setor comércio de imóveis, créditos e capitalização, profissionais liberais, dentre outros.

Essa modificação nas atividades terciária ocorreram paralelamente com o processo de modernização da indústria, redefinindo o caráter das relações intersetoriais de acordo com as exigências do desenvolvimento industrial.

“Diferentemente do antigo terciário, cuja função era sustentar o processo de circulação e distribuição dos bens destinados ao mercado externo; agora o terciário tem o papel de sustentar, também, a expansão do setor secundário da economia. Com efeito, os serviços de produção, de consumo individual e de consumo coletivo, se expandindo e se modernizando. Essa expansão e modernização irá depender de estilo do processo de industrialização e da estrutura da distribuição da renda. De fato, uma industrialização comandada pelo setor produtor de bens de consumo duráveis, induzirá a criação daquelas atividades que são classificadas no terciário e que se mais propriamente se poderia chamar de um secundário de reparação ou de reposição.” (TEIXEIRA, 1983: p. 96).

A modernização do terciário nordestino contribuiu para o emprego urbano, porém é no comércio de mercadorias e na prestação de serviços que se verifica o maior nível de ocupação. “Em atividades mais modernas como, por exemplo, comércio de imóveis, seguros e serviços financeiros em geral, a expansão ocupacional relativa é maior

comparativamente a São Paulo. Isso reflete na verdade, o fato de que é nas atividades de corte informal que a Região contribui com a maior geração relativa de postos de trabalho.” (JATOBÁ, 1983: p. 495).

Dessa forma conclui-se que à medida que avança o processo industrializante e urbanizador, em que se generalizam as relações capitalistas de produção e se capitalizam os serviços, também se multiplicam formas organizadas de produção não plenamente capitalista, onde predominam relações de trabalho não-institucionais. “Essa é a expressão mais completa da modernização com heterogeneidade.” (JATOBÁ, 1983: p. 496).

Ao se verificar os setores econômicos do Nordeste vê-se que os três setores, de uma maneira ou de outra se modernizaram, embora não sendo o suficiente para amenizar o problema do emprego no Nordeste.

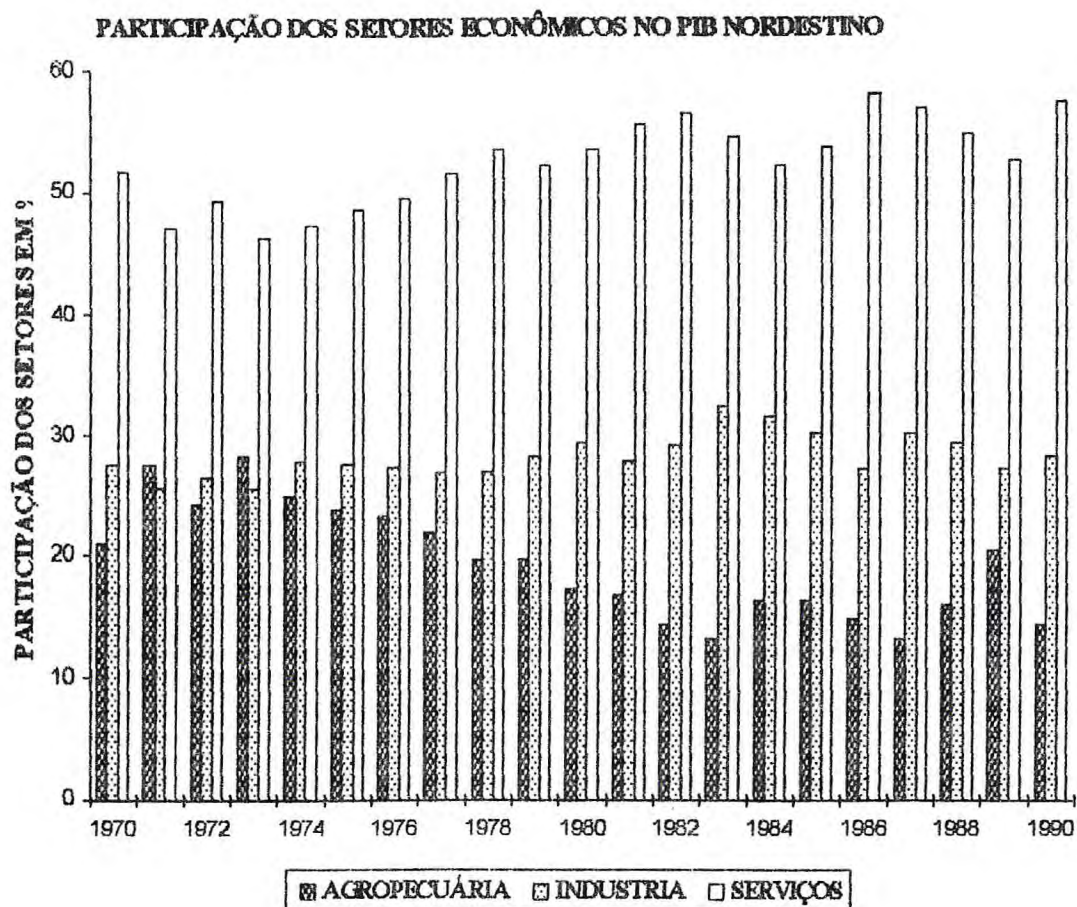
A política de desenvolvimento do Nordeste mostra resultados positivos, no que se refere a formação do PIB, pois, o Nordeste vem apresentando, nos últimos anos, um ritmo de crescimento econômico bastante significativo. O exemplo disso é que, durante o período de 1970 - 1990, verifica-se que a taxa de crescimento da economia do Nordeste superou a registrada a nível de Brasil.

“O desempenho setorial da economia nordestina apresentou um comportamento bastante satisfatório. A indústria passou por acentuada diversificação a partir da década de setenta com a implantação dos grandes complexos industriais para aproveitamento locais.” (MELO, 1994: p. 06).

Pode-se verificar a partir do Gráfico 2.6 que: a) o setor secundário do Nordeste contribuiu em média nesse período (1970/90) com 28,15% para a formação do PIB regional. b) o setor terciário também experimentou grandes transformações nos últimos anos, tendo contribuído em média com 52,46% no PIB nordestino, sendo o setor de maior participação. c) o setor agropecuário, embora tenha mostrado o desempenho mais modesto, em média

19,39%, em face de problemas de natureza climática e estrutural, apresenta perspectivas favoráveis a partir da irrigação e da agropecuária.

GRÁFICO 2.6



FONTE: SUDENE - Agregados Econômicos Regionais do Nordeste do Brasil

NOTA: Ver Tabela 08 no Anexo I.

CAPÍTULO 3 - ESTRUTURA DO SUBEMPREGO NO NORDESTE BRASILEIRO: 1970 - 1990.

Apesar do Nordeste nas últimas décadas participar de forma ativa na formação do PIB brasileiro e, ainda está passando por “transformações na estrutura produtiva e nos processos de trabalho, estes fatos provocaram, e ainda provocam, profundas alterações no mercado de trabalho, criando e destruindo oportunidades de emprego, alterando os níveis de remuneração da força de trabalho e suas formas de remuneração, intensificando a mobilidade espacial da força de trabalho do campo à cidade, das cidades pequenas para as maiores e de dentro para fora da Região.” (GUIMARÃES NETO, 1983: p. 23-24). Além de ser insuficiente para melhorar as condições precárias do emprego, em geral, tanto a nível urbano como rural.

Mais recentemente a desaceleração da economia brasileira e suas repercussões sobre o Nordeste fizeram convergir para o mercado de trabalho regional os efeitos, bem presentes, das transformações que vêm passando as relações de trabalho com os efeitos das políticas de estabilização recentes, que implicaram em demissão de trabalho em quase todas as atividades econômicas urbanas.

Ao longo das últimas décadas, vem ocorrendo uma evolução nas relações de trabalho, ao mesmo tempo que mantém um significativo setor informal em termos de ocupação da força de trabalho urbano e, conseqüentemente, um grande contingente de sub-remunerados. Por outro lado, soma-se a isto uma conjuntura desfavorável, de recessão econômica, com efeitos negativos sobre o emprego produtivo, e os níveis de remuneração, o que significa, vendo do outro lado da moeda, uma maior “*inchaço*” do informal.

“A história econômica recente das relações de trabalho no Nordeste revela o modo como a região evoluiu, i) inicialmente, de um período de isolamento relativo em relação às demais regiões (mas com fortes vinculações com países importadores de bens primários) no qual as relações sociais de produção tinham como determinantes básicos o fluxo da demanda externa; ii) em seguida, passando por um período de maior vinculação inter-

regional, no qual o *ajustamento* se dá ora por uma busca (nem sempre bem sucedida) de mercados regionais para produtos nordestinos, ora por uma invasão (sempre bem sucedida) dos mercados nordestinos por produtos originários dos Estados mais industrializados; nesses anos a integração implica num impacto negativo sobretudo em relação à economia urbana da região; iii) num terceiro momento, a transferência de capitais, via estímulos governamentais, na direção do Nordeste, aprofunda o "*ajustamento*" antes limitados às relações comerciais, "*modernizando*" partes da velha estrutura produtiva, num processo contraditório de destruição/criação de oportunidades de trabalho." (GUIMARÃES NETO, 1983: p. 24).

Um novo momento é vivido pela economia regional quando a partir do início da década de oitenta a desaceleração econômica passa a repercutir mais claramente sobre o emprego. O significado disso em termos regionais é o somatório, em um mesmo intervalo de tempo, de efeitos que certamente influíram negativamente sobre o trabalho, ou seja, uma modernização que certamente prosseguirá, embora com menor ímpeto, e a desaceleração da demanda em setores que contribuíram significativamente na geração de emprego.

Dessa forma pretende-se neste capítulo apresentar os traços mais gerais da absorção da mão-de-obra na economia regional, e apresentar estimativas sobre a evolução do subemprego na década de setenta e oitenta com base em alguns supostos e informações a respeito da força de trabalho.

Na estimativa dos traços mais gerais da evolução do emprego no período de 1970/1990, na Região Nordeste, serviram como base na elaboração dos indicadores aqui apresentados, dados de 1970 e 1980 do Sistema Regional de Indicadores Sociais (SIRIS), um trabalho que a SUDENE vem implantando desde 1979 com o apoio dos Governadores Estaduais e, dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) de 1990, por se tratarem de dados compatíveis.

As informações ademais, consideram a classificação da PEA segundo os grandes setores de atividades: agropecuária, indústria e serviços, com seus respectivos

desdobramentos (comércio de mercadorias, prestações de serviços, transporte, comunicação, armazenagem, atividades sociais e públicas e outras atividades).

3.1 - Evolução da População Economicamente Ativa do Nordeste Brasileiro: 1970 - 1990.

A análise das estimativas começará com um exame da taxa bruta de atividades dos indicadores de 1970, 1980 e 1990, com a finalidade de obter o total da PEA nos referidos anos (ver Tabela 3.1). O conceito de População Economicamente Ativa será o mesmo segundo a ONU, ou seja, compreende todas as pessoas que contribuem com seu trabalho para a produção de bens e serviços econômicos, durante um determinado período de referência, incluindo as pessoas ocupadas, mesmo não trabalhando à época do levantamento, por motivo de doença ou acidente, conflito de trabalho, férias, etc., e as pessoas desocupadas, mas em busca de reemprego ou emprego pela primeira vez.

Ao observar a evolução da PEA nordestina verificou-se que em 1970 representava 28,26% da população economicamente ativa do Brasil, porém, em 1990 apresenta uma queda de 1,84% em relação a 1970. Todavia não significa dizer que houve uma diminuição na PEA nordestina, muito pelo contrário, durante esse período a PEA nordestina duplicou. O que realmente houve, foi apenas uma diminuição da participação da PEA nordestina em relação a do Brasil. Isso significa que, segundo os dados obtidos, encontram-se vinculados diretamente na atividade produtiva em 1990 o equivalente ao dobro (ou mais) daquilo que é considerado pelos índices de 1970, (ver Tabela 3.1).

TABELA 3.1
PARTICIPAÇÃO DA PEA DO NORDESTE NA PEA DO BRASIL

ANOS	EM 1.000 PESSOAS		$\frac{A}{B} \times 100$
	PEA DO NE. (MIL) (A)	PEA DO BRASIL (B)	
1970 ⁽¹⁾	8.354	29.557	28,26
1980 ⁽¹⁾	11.454	43.797	26,15
1990 ⁽²⁾	17.232	62.101	27,75

FONTE: (1) Sistema Regional de Indicadores Sociais (SIRIS) - SUDENE.

(2) Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD).

O segundo passo constituiu na elaboração da estrutura do emprego no Nordeste, segundo os setores econômicos, estimado para o período em estudo (ver Tabela 3.2).

A população economicamente ativa do Nordeste em 1970 representa 8,7 milhões de pessoas, das quais mais da metade, 62,54% da PEA, cerca de 5,4 milhões de pessoas, tem na agricultura sua ocupação principal. Já em 1990 esse índice cai para 37,94%, cerca de 6,5 milhões de pessoas, esse crescimento mais lento se deve possivelmente ao êxodo rural da PEA em direção aos outros setores da economia.

TABELA 3.2
NORDESTE: ESTRUTURA DO EMPREGO

ATIVIDADES	% SOBRE A PEA		
	1970 ⁽¹⁾	1980 ⁽²⁾	1990 ⁽²⁾
AGROPECUÁRIA	62,54	50,42	37,94
INDÚSTRIAS	10,63	15,33	15,81
TERCIÁRIO	26,83	34,25	46,25
TOTAL	100,00	100,00	100,00

FONTE: (1) Sistema Regional de Indicadores Sociais (SIRIS) - SUDENE.

(2) Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD).

O setor industrial, na década de setenta, apresenta um crescimento significativo da força de trabalho, cerca de 4,4% ao ano. Já na década seguinte esse índice apresenta uma queda substancial ficando em torno de 0,3% ao ano, demonstrando claramente a estagnação do setor no que se refere a absorção da força de trabalho.

O setor de serviços foi o que mais cresceu, no período em estudo, no que se refere a força de trabalho, na década de setenta apresentava um crescimento em torno de 2,8% ao ano. Já na década seguinte esse índice evoluiu para 3,5% ao ano.

3.2 - Evolução do Emprego no Nordeste Brasileiro: 1970 - 1990.

O emprego em suas diversas modalidades (formal e informal), nas duas últimas décadas, expandiu-se provavelmente, a uma taxa aproximada de 2% ao ano, intensidade esta que compreende um crescimento pouco intenso. Isso ocorreu devido as taxas mínimas de crescimento das atividades agropecuárias, ao lado de taxa crescente das atividades industriais num primeiro momento (1970/80) e mais reduzidas num segundo período (1980/90) e, um crescimento bem acelerado das atividades terciárias, notadamente no comércio e atividades sociais (ver Tabela 3.3).

Estas tendências descritas definem, grosso modo, o papel diferente que os diversos setores produtivos tiveram nestas duas últimas décadas na economia regional, com relação à absorção da população que se apresenta no mercado de trabalho.

TABELA 3.3
NORDESTE: ESTIMATIVA DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

ATIVIDADES	PEA EM 1.000 PESSOAS			TAXAS DE CRESCIMENTO		
	1970 ⁽¹⁾	1980 ⁽¹⁾	1990 ⁽²⁾	1970/1980	1970/1990	1980/1990
AGROPECUÁRIA	5.225	5.775	6.538	1,11	1,25	1,13
INDÚSTRIA	888	1.756	2.724	1,98	3,07	1,55
TERCIÁRIO	2.241	3.923	7.970	1,75	3,55	2,03
TOTAL	8.354	11.454	17.232	1,37	2,06	1,50

FONTE: (1) Sistema Regional de Indicadores Sociais (SIRIS) - SUDENE.

(2) Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD).

“O que primeiro chama a atenção, quando se examina a evolução do emprego nas várias décadas, é uma desaceleração do crescimento do emprego no setor agrícola, de uma para outra década.” (GUIMARÃES NETO, 1983: p. 30). Se nos anos setenta a expansão do emprego ocorre a uma taxa de mais de 1,11% ao ano, nos anos oitenta esta cifra aumenta quase que insignificante comparado com os demais setores. Com isso se quer dizer que, atualmente, o papel desempenhado pelas atividades agropecuárias na absorção da força de trabalho regional, embora absorva uma parte significativa da população economicamente ativa, esteve quase estagnada nas duas últimas décadas.

Este fato também ocorre com o setor industrial, que nos anos setenta tinha um papel importantíssimo na absorção de mão-de-obra na região, caindo significativamente nos anos oitenta. O setor que realmente apresenta crescimento significativo é o terciário, com um crescimento anual nas duas décadas, aproximadamente, em torno de 3%.

Mesmo ocorrendo uma queda relativa da oferta de emprego pelo setor industrial, os setores urbanos ainda possuem um papel mais relevante no incremento do emprego nas décadas aqui consideradas: de um total de pouco mais de 3 milhões de empregos oferecidos por tais setores em 1970. Alcança-se em 1990 a cifra superior a 10 milhões de empregos, um número bem significativo comparado ao total oferecido pelas atividades rurais (ver Tabela 3.3).

A Tabela 3.4, na qual se faz, a partir dos dados da Tabela anterior, uma estimativa dos “*incrementos líquidos*” do emprego entre as diferentes datas dos censos demográficos, mostra, com mais ênfase, o papel declinante do setor agrícola e industrial e ressalta o desempenho positivo das atividades de serviços. Nota-se que em 1970/80 a agropecuária e a indústria absorvia 45,7% do acréscimo líquido do emprego na década, e a atividade de serviços já obtinha 54,3%, novamente mostra-se o destaque dos setor serviços sobre os demais.

Na década seguinte (1980/90), o que se percebe é uma quase estagnação dos setores agrícolas e industriais, ficando a quase total responsabilidade na absorção do incremento líquido do emprego na década, a cargo das atividades de serviços, com uma cifra de 70% com relação ao total (ver Tabela 3.4).

“O crescimento da população urbana do Nordeste acarreta problemas para a absorção da força de trabalho, pela insuficiência da demanda da economia regional. Assim, o setor terciário resulta em significativo absorvedor de mão-de-obra, pela criação de empregos indiretos gerados, em consequência do crescimento industrial. É este setor que livra do desemprego absoluto parte do contingente populacional ativo que pressiona o mercado de trabalho. Nesse setor, predominam as atividades informais.” (SUDENE, 1985: p.75).

TABELA 3.4
NORDESTE: ESTIMATIVA DO INCREMENTO LÍQUIDO DO EMPREGO NO PERÍODO
SEGUNDO ATIVIDADES ECONÓMICAS

ATIVIDADES	INCREMENTO LÍQUIDO DO EMPREGO					
	1970/80		1980/90		1970/90	
	EM 1.000 PESSOAS	%	EM 1.000 PESSOAS	%	EM 1.000 PESSOAS	%
AGROPECUÁRIAS	550	17,7	763	13,2	1.313	14,8
INDUSTRIAIS	868	28,0	968	16,8	1.836	20,7
SERVIÇOS	1.682	54,3	4.047	70,0	5.729	64,5
TOTAL	3.100	100,0	5.778	100,0	8.878	100,0

FONTE: Sistema Regional de Indicadores Sociais (SIRIS) - SUDENE.
Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD).

“Uma questão que se deve aqui considerar é a da heterogeneidade do mercado de trabalho na Região, notadamente o urbano. Isso significa que é aconselhável ter sempre presente, quando se examina, em seus grandes traços, a evolução do emprego no Nordeste,

que ao lado da criação e expansão do emprego formal (de mais alta produtividade e em parte, com cobertura previdenciária para o emprego) existe e se reproduz, incessantemente, o emprego “*informal*”, além das relações precárias de trabalho mesmo nas unidades de produção formais, do que decorre o subemprego e a sub-remuneração, que constitui aspectos bem característicos da força de trabalho regional.” (GUIMARÃES NETO, 1983: p. 32-33).

Com esse tipo de preocupação que se deve considerar a evolução do emprego num subsetor como prestação de serviços onde se “absorveu um incremento líquido do emprego de modo significativo, expandindo-se também a taxa de ocupação. Mas não é somente na prestação de serviços que ocorre a presença de relações heterogêneas de trabalho. Também no comércio e na atividade industrial, o autônomo, a micro empresa e a pequena produção de bens ou serviços familiar estão bem representadas.” (GUIMARÃES NETO, 1983: p. 33).

“A absorção de força de trabalho urbano pelo setor informal e através do pequeno estabelecimento formal tem seu correspondente, no meio rural, na absorção da força de trabalho agrícola no minifúndio ou na pequena unidade de produção. Isso quer dizer que não obstante a significação que hoje tem no Nordeste a unidade de produção tipicamente capitalista e de grande porte na atividade comercial, na indústria, na agricultura, não se pode minimizar o papel ainda relevante que a micro unidade de produção e serviços, o minifúndio, o pequeno negócio, a unidade familiar e o autônomo têm na geração de emprego.” (GUIMARÃES NETO, 1983: p. 33).

3.3 - A Evolução do Subemprego no Nordeste Brasileiro: 1970 - 1990.

Por não haver uma única teoria sobre pobreza, algumas hipóteses tentam buscar uma explicação na própria teoria do desenvolvimento. Sem dúvida, a pobreza maciça é um sintoma do subdesenvolvimento, e as raízes de sua existência encontram-se nos fatores determinantes do fenômeno do subdesenvolvimento. As teorias mais recentes relacionam o mercado de trabalho com a pobreza e enfatizam o desemprego e o subemprego como as suas principais causas.

“Ao se analisar o problema sob a ótica econômica, constata-se que a situação de pobreza em que vive a maioria da população nordestina está diretamente relacionada com o modo de produção, as relações de trabalho e o padrão de crescimento adotado. Desse modo: a) a concentração de capital e da terra gerou diferenças de produtividade, limitando os frutos do progresso técnico aos setores mais dinâmicos; b) as mudanças no processo produtivo dos setores modernos decorrentes do impulso industrializante resultaram numa maior diversificação tanto produtiva, como operacional, acentuando as diferenças salariais e c) a dinâmica demográfica, mediante as migrações internas, o crescimento da força de trabalho e o “*exército de reserva*”, que pressionam o lado da oferta da mão-de-obra, constituíram-se causas da deterioração da distribuição da renda.” (MENDONÇA, 1991: p.42).

Se existe dificuldade para se conceituar pobreza, medi-la se torna mais difícil ainda. Uma das maneiras de se obter o nível de pobreza de uma Região seria através da medição do número de subempregados, isto porque, medir o nível de pobreza através no número de desempregados seria quase “irônico”, pois uma população como a do Nordeste do Brasil não pode permanecer desempregado por muito tempo. Assim sendo, a evidência do problema do subemprego é sobremaneira importante na medida em que condiciona os níveis críticos de pobreza na Região.

De fato o desemprego aberto apresenta no Nordeste índices relativamente reduzidos, o que é típico de Regiões com altas concentrações de renda, “este fenômeno é perfeitamente explicável e se insere na perspectiva de que a permanência naquele tipo de desemprego se constitui um fenômeno circunstancial, na realidade uma excepcionalidade, uma vez que os níveis de pobreza são tão alarmantes que as grandes massas populacionais não podem permanecer desocupadas, totalmente.” (FERREIRA, 1982: p. 746)..

Concordando com as Recomendações Internacionais de Organização Internacional do Trabalho (OIT), o subemprego representa um caso de má utilização do potencial produtivo da mão-de-obra, tanto em nível de subutilização como de sub-remuneração do trabalho e, as formas mais comuns são: “subemprego visível” e “subemprego invisível”.

Esses dois critérios de classificação do subemprego se sobressaem pois, o primeiro diz respeito da subutilização que decorre do fato do indivíduo, involuntariamente, trabalhar em tempo parcial e, o segundo, refere-se à sub-remuneração percebida por um indivíduo que trabalha em tempo integral, respectivamente.

Dessa forma, no Nordeste, a problemática do emprego está mais concentrada no subemprego que nas formas de desemprego, ou seja, a pobreza está relacionada diretamente com as características de inserção da força de trabalho na estrutura produtiva. E “as medidas que tentam captar o subemprego apresentam dificuldades ainda maiores no que toca tanto a seu embasamento conceitual quanto a sua operacionalização.” (JATOBÁ, 1983: p. 448).

“Existem vários critérios para se mensurar o subemprego, entretanto, dois critérios se sobressaem, o primeiro, refere-se a subutilização que decorre quando involuntariamente o indivíduo trabalha em tempo parcial, o segundo, refere-se a sub- remuneração percebida por um indivíduo que, mesmo sendo baixa sua remuneração, se vincula a uma ocupação em tempo integral, essa segunda categoria se denomina de subemprego invisível.” (JATOBÁ, 1983: p. 448)

Estimar o subemprego no Nordeste com base na renda (salário) individual tem suas facilidades e dificuldades, “entre os primeiras facilidades, encontra-se a disponibilidade dos dados por classe de renda em relação ao salário mínimo, segundo a posição na ocupação (empregados, empregadores e autônomos). As dificuldades prendem-se à obtenção de informações confiáveis, visto que, no sentido mais abrangente, as rendas baixas são normalmente superestimadas e as mais elevadas são normalmente subestimadas. Por outro lado, os dados da PNAD e do Censo, no que se refere à PEA, não são confiáveis, não podendo ser comparados, mas sim analisados separadamente.” (MENDONÇA, 1991: p. 44).

Embora a variável renda seja de difícil mensuração, ela é ainda o instrumento mais útil e prático para uma ampla e rápida identificação da pobreza. Tanto no sentido estrito de salário quanto no seu sentido abrangente, a renda constitui-se um critério objetivo para

medir a pobreza, no seu aspecto de aquisição de bens materiais, na perspectiva da sobrevivência.

Somente em 1968 começaram a ser publicados os resultados da primeira estatística oficial de desemprego, obtidos pela Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD). Nesta publicação já se apresentava cifras de desemprego aberto surpreendentemente baixas no Nordeste, onde foram apresentadas 179 mil pessoas desocupadas em 1969, representando menos de 3% da população economicamente ativa nordestina, isso também se verifica em todo período em análise neste trabalho (1970/90), (ver Tabela 3.5).

TABELA 3.5
POPULAÇÃO, FORÇA DE TRABALHO E EMPREGO NO NORDESTE

	1970 ⁽¹⁾	1980 ⁽¹⁾	1990 ⁽²⁾
População total (mil)	28.112	34.855	43.095
Taxa de Participação (% da população total)	29,72	32,86	39,99
Força de Trabalho (mil)	8.354	11.454	17.232
Pessoas Empregadas (mil)	8.145	11.236	16.664
Pessoas Desempregadas	209	218	568
Taxa de Desemprego (% da Força de Trabalho)	2,5	1,9	3,3

FONTE: (1) Sistema Regional de Indicadores Sociais (SIRIS) - SUDENE.

(2) Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD).

Além do desemprego aberto, aqui entendido como sendo “a condição das pessoas que não estejam trabalhando no período de referência do levantamento e não tenham emprego ou negócio do qual se encontrem temporariamente ausentes, mas tenham tomado alguma providência para conseguir trabalho” (SUDENE, 1985: p.76), ocorrido pelas eventuais conjunturas. Desde a década de cinquenta já se apresenta uma estimativa do subemprego urbano e rural permanente, de caráter estrutural, avaliado em cerca de 500.000 pessoas àquele ano, sendo o subemprego nesse trabalho definido como sendo a margem da população subutilizada ou sub-remunerada pelo mercado de trabalho.

Dessa forma o subemprego assume um caráter estrutural nas áreas menos desenvolvidas, implicando na subutilização e sub-remuneração da força de trabalho. Já as percentagem de desemprego aberto no Nordeste indicam uma surpreendente queda na

década de setenta (cerca de 24%), porém na década seguinte o nível de desemprego aberto começa a crescer novamente, chegando em 1990 com a taxa de 3,3%, sendo mesmo assim considerada baixa, se comparada com a média nacional (aproximadamente 4,4%), (ver Tabela 3.6).

A taxa de desemprego, “definida pela relação entre a população desempregada e a população economicamente ativa” (SUDENE, 1985: p. 76), foi estimada para o Nordeste em 2,5% no ano de 1970 sendo o estado da Paraíba o maior responsável com 3,8% enquanto o Piauí registrou a menor taxa (1,2%), (ver Tabela 3.6).

TABELA 3.6
NORDESTE: TAXAS DE DESEMPREGO ABERTO

ESTADOS	1970 ⁽¹⁾	1980 ⁽¹⁾	1990 ⁽²⁾
NORDESTE	2,5	1,9	3,3
MARANHÃO	1,7	0,7	2,1
PIAUI	1,2	0,8	2,0
CEARÁ	2,0	1,9	2,5
RIO GRANDE DO NORTE	3,5	2,0	5,0
PARAÍBA	3,8	2,0	3,7
PERNAMBUCO	2,6	3,0	3,5
ALAGOAS	3,1	1,4	2,9
SERGIPE	3,1	2,0	1,9
BAHIA	2,7	1,7	4,3

FONTE: (1) Sistema Regional de Indicadores Sociais (SIRIS) - SUDENE.

(2) Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD).

Em 1980 houve uma queda na taxa de desemprego aberto no Nordeste, ficando estimado em 1,9%, sendo o estado de Pernambuco o que apresentou o maior índice (3,0%) e o estado do Maranhão o menor índice (0,7%).

De acordo com as estimativas mais recentes, baseadas nos dados da PNAD, observou-se que os índices de desemprego aberto são surpreendentemente baixos no Nordeste, apresentando somente 3.3% do total da força de trabalho na Região em 1990. Sendo o estado do Rio Grande do Norte o que apresentou maior índice (5,0%) e o estado de Sergipe o menor (1,9%).

Porém quando se demonstra o subemprego invisível, verifica-se que 56,2% da força de trabalho estava subutilizado, em fins da década de oitenta, ou seja, a maioria das pessoas tidas como ocupadas não apresentam uma atividade produtiva com produtividade mínima aceitável, (ver Tabela 3.7).

A partir dos índices do período em estudo, trataremos de apresentar cálculos com o objetivo de medir a subutilização da força de trabalho caracterizado como desemprego disfarçado ou subemprego. Dentre as diversas formas de classificação do subemprego apresentadas pelos estudiosos do assunto, existe a do subemprego visível, que se refere à “relação entre as pessoas ocupadas que trabalham até 39 horas semanais e a população total ocupada. Porém, o número de horas trabalhadas não é o melhor modo de captar a subutilização da população ocupada no setor primário, dados as especificidade deste setor caracterizado pela intermitência do trabalho. Entretanto, foi essa a forma como o Censo de 1980 realizou o levantamento.” (SUDENE, 1985: p. 93). Dessa forma, não será considerado neste trabalho o subemprego visível.

“Como decorrência da dificuldade de medir-se o nível de produtividade das pessoas envolvidas no processo da atividade econômica, requer-se uma “*proxí*” da mesma, mais acessível; via de regra, toma-se uma certa norma da renda, abaixo da qual as pessoas aí situadas são consideradas como estando em condições de subemprego invisível. Em certa medida, há uma dose de arbitrariedade nesta escolha, embora tenha-se avançado neste sentido, estabelecendo-se o custo de uma cesta mínima de bens como norma para a renda, o que permite comparações interpopulacionais. Na realidade, com este tipo de medida pode-se correr o risco de confundir os conceitos de subemprego com os de pobreza relativa.” (FERREIRA, 1982: p. 750).

Entretanto, como já foi anteriormente apresentado, um dos fatores que determinam o índice de pobreza são as condições de subemprego vigentes. Neste trabalho consideraremos como subemprego “as categorias de Desemprego Aberto, Subemprego Invisível e Mão-de-obra Não-remunerada.” (FERREIRA, 1982: p. 750)

O subemprego invisível é estimado neste trabalho “pela relação entre a população economicamente ativa que percebia até 1(um) salário mínimo mensal e a população economicamente ativa total” (SUDENE, 1985: p. 93).

Considerando-se ser o rendimento situado até o valor mínimo suficiente para aquisição de bens e serviços básicos, conforme estabelece a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Embora seja considerada a “linha de extrema pobreza”, essa faixa de rendimento ainda permite ao indivíduo subsistir, ou seja, atender relativamente às suas necessidades básicas.

A gravidade do problema reside nas formas de subutilização da população economicamente ativa. É isso que caracteriza as economias não desenvolvidas. A mensuração do subemprego disfarçado, conforme recomendação da OIT não pode ser feita com base na disponibilidade de informações.

Portanto, utilizou-se neste trabalho, a medidas que pudessem refletir, mesmo de modo insuficiente, o grau de subutilização de força de trabalho. Considerando que as informações dos indicadores sociais não permitem um aferição direta do subemprego, então, recorreu ao cálculo do subemprego invisível, através do rendimento mensal, para que se possa ter uma “visão” mais aproximada possível da realidade.

As informações disponíveis permitem observar que no Nordeste, ao confrontarmos os dados de 1970, 1980 e 1990, no que se refere ao subemprego, na média, revelam um aumento no nível de subempregados em 1,1% anualmente, elevando o número de subempregados em 1970 de 3,8 mil pessoas para 9,7 mil pessoas em 1990. Ou seja, em 1990 apresenta-se 2,5 vezes mais o número de subempregados no Nordeste do que apresentava-se em 1970, (ver Tabela 3.7).

Ou seja, a Região apresenta um número bastante significativo de pessoas subempregadas e as afirmações acima são bastante semelhantes se analisarmos o subemprego invisível, especificamente, sendo observado uma diminuição progressiva ao

longo das décadas dos números de trabalhadores que ganham acima de 1(um) salário mínimo, (ver Tabela 3.8).

TABELA 3.7⁽¹⁾
REGIÃO NORDESTE: ESTIMATIVA DO DESEMPREGO ABERTO E SUBEMPREGO

DISCRIMINAÇÃO	ANOS		
	1970 ⁽²⁾ (EM %)	1980 ⁽²⁾ (EM %)	1990 ⁽³⁾ (EM %)
PEA: ATIVIDADE AGRÍCOLA	100,0	100,0	100,0
(a) DESEMPREGO ABERTO	0,5	0,5	2,9
(b) SUBEMPREGO INVISÍVEL	36,6	45,6	49,4
(c) MÃO-DE-OBRA NÃO REMUNERADA	18,1	16,9	27,4
SUBTOTAL (a+b+c)	55,2	65,0	79,7
PEA: ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS	100,0	100,0	100,0
(a) DESEMPREGO ABERTO	5,8	3,3	3,5
(b) SUBEMPREGO INVISÍVEL	21,4	34,6	30,3
(c) MÃO-DE-OBRA NÃO REMUNERADA	2,9	5,8	7,9
SUBTOTAL (a+b+c)	30,1	43,7	41,7
PEA: REGIONAL	100,0	100,0	100,0
(a) DESEMPREGO ABERTO	2,5	1,9	3,3
(b) SUBEMPREGO INVISÍVEL	30,9	41,0	37,6
(c) MÃO-DE-OBRA NÃO REMUNERADA	12,4	11,3	15,3
SUBTOTAL (a+b+c)	45,8	54,2	56,2

FONTE: (2) Sistema Regional de Indicadores Sociais (SIRIS).

(3) Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD).

NOTA: (a) e (b) estimativas do autor, de acordo com os conceitos apresentados neste trabalho.

(1) Ver Tabela 09 no Anexo I.

TABELA 3.8
NORDESTE: CLASSES DE RENDA EM RELAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO

CLASSES DE RENDA	1970 ⁽¹⁾	1980 ⁽¹⁾	1990 ⁽²⁾
ATE 1/2	21,5	24,1	15,3
MAIS DE 1/2 ATÉ 1	30,9	30,1	37,5
MAIS DE 1 A 2	14,4	19,0	21,4
MAIS DE 2	33,6	26,8	25,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTE: (1) Sistema Regional de Indicadores Sociais (SIRIS).

(2) Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD).

Ao se observar a Tabela 3.7, verifica-se que no período atual ainda se apresenta as mesmas características já demonstradas por Ferreira (1982, pp. 743-759), em sua pesquisa sobre o subemprego no Nordeste Brasileiro na década de setenta:

a) as atividades agrícolas apresentam, confirmando as expectativas, a maior intensidade do coeficiente de subutilização, aqui definida como sendo o somatório das taxas de desemprego aberto, subemprego invisível e mão-de-obra não-remunerada;

b) o desemprego aberto nas atividades não-agrícolas na Região é mais expressivo, demonstrando ser uma problemática nos meios urbanos, entretanto, considerando-se a estruturado emprego no Brasil, representa uma proporção relativamente baixa;

c) o problema do subemprego nas áreas rurais é mais intensa que nas áreas urbanas e, esta diferença se deve, principalmente, ao uso de mão-de-obra não-remunerada, consequência principal da exploração agrícola familiar na pequena propriedade;

d) A diferença entre o subemprego invisível, rural e urbano representa não somente a existência de diferenciais de produtividade e, conseqüentemente de renda, entre atividades agrícolas e não-agrícolas, mas também a forma de inserção no processo de trabalho pela mão-de-obra da Região;

e) ao analisar as atividades não-agrícolas, embora se possam considerar diferenciações significativas na forma e conteúdo da estrutura do emprego, na realidade, existe uma estreita ligação entre este setor e a do setor rural, como já foi destacado em capítulos anteriores: a rigidez da estrutura agrária culmina, principalmente, num processo de repulsão da força de trabalho para o setor urbano; por outro lado, o setor urbano por ser formado em sua maioria por uma indústria de capital intensivo, a qual é intrinsecamente poupadora de mão-de-obra, aumenta ainda mais o problema de má utilização da força de trabalho;

f) o aumento do coeficiente de subutilização da mão-de-obra no período em análise apresenta nitidamente a incapacidade de absorção de força de trabalho dos setores econômicos, decorrente principalmente da recessão ocorrida nos anos oitenta.

A Tabela 3.8 mostra a estrutura dos rendimentos para pessoas que auferiram renda de "todos os trabalhos". Observa-se que, mais da metade da PEA nordestina percebia em

média, nas duas décadas em estudo, de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo. Se considerarmos a categoria até $\frac{1}{2}$ salário mínimo como pobreza absoluta, as informações evidenciam um contingente substancial da força de trabalho (mais de 20%) que ocupa os extratos de renda características de miséria absoluta.

Os índices da Tabela 3.8 também demonstram com nitidez a situação social de um amplo grupo de trabalhadores nordestinos considerados subempregados. Por certo que as pessoas que recebem $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo deve se situar, também, no grupo que trabalha involuntariamente em tempo parcial.

Isto revela que, “entre os subempregados aferidos por esse critério devem se situar alguns que fazem parte do subemprego visível. Estudo feito para o Nordeste mostram que uma separação destes dois tipos de subemprego , com relação ao número de pessoas, o contingente que mais propriamente pode ser incluídos no subemprego disfarçado, isto é, empregado integralmente e sub-remunerado (até $\frac{1}{2}$ salário mínimo) é quase duas vezes o percentual do contingente incluído no subemprego visível, isto é, que trabalha involuntariamente em tempo parcial. Com base neste raciocínio, pode-se afirmar que cerca de 13% da força de trabalho estava subempregada pelo critério de dedicação involuntária em tempo parcial no ano de 1980.” (JATOBÁ, 1983: p. 449).

A análise acima não permite afirmações otimistas. Na realidade, observa-se que a economia do Nordeste mesmo apresentando índices de crescimento do PIB, muitas vezes superior a do Brasil enfrenta níveis crescentes de subutilização e sub-remuneração da força de trabalho.

Essa problemática assume um caráter de especial gravidade por duas razões: “a primeira é que essa retração da atividade econômica urbana se superpõe a um quadro de crise na agricultura, devido a causas estruturais e alguns períodos de estiagem na região semi-árida; a segunda é que, essa desaceleração no ritmo de expansão econômica com a conseqüente elevação do desemprego aberto e, possivelmente do subemprego, agrava a

situação social do trabalhador nordestino que se coloca num contexto sócio-econômico muito desigual, quer ao nível intra quanto inter-regional.” (JATOBA, 1983: p. 450).

Dessa forma, a Região apresenta elevados índices de subemprego, tanto a nível urbano como rural e, conseqüentemente, a maioria de sua população economicamente ativa encontra-se num nível de pobreza, muitas vezes alarmantes. Ou seja, o problema do subemprego, conseqüentemente o da pobreza no Nordeste, está relacionado, principalmente, com o modo de produção, as relações de trabalho, a má distribuição da renda e a falta de esforço político.

O modo de expansão da economia regional não favoreceu a absorção de mão-de-obra, precionada tanto pela maneira de como a economia regional se capitalizou, como também, pelo crescimento demográfico. E, dessa forma, na tentativa de superar o impasse do desemprego, a força de trabalho excluída do setor formal da economia, mediante estratégias de sobrevivência, tenta criar e completar suas rendas engajando-se no setor informal da economia.

ANEXO I - TABELAS

TABELA 01
NORDESTE: SUBEMPREGO NA REGIÃO

SETORES	1990 (EM 1.000 PESSOAS)	% DA PEA
ATIVIDADES AGRÍCOLAS	5.211	30,2
ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS	4.459	25,9
TOTAL	9.670 ^(a)	56,1 ^(a)

FONTE: Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) - 1990.

NOTA: (a) Estimativa do autor, utilizando-se de conceitos apresentados neste trabalho.

TABELA 02
EVOLUÇÃO DO PIB_{cf} DO BRASIL E DO NORDESTE
(CR\$ 1,00 e preços constantes de 1980)

ANOS	PIB BRASILEIRO ⁽¹⁾	PIB DO NORDESTE ⁽²⁾	PARTICIPAÇÃO EM %
1970	163,280	21,301	13,05
1971	219,983	29,975	13,63
1972	295,128	39,271	13,31
1973	442,363	57,645	13,03
1974	651,737	80,650	12,37
1975	931,894	115,835	12,43
1976	1.438,873	185,940	12,92
1977	2.196,972	284,709	12,96
1978	3.200,351	433,458	13,54
1979	5.347,305	744,964	13,93
1980	11.185,643	1.545,918	13,62
1981	22.142,000	3.087,364	13,94
1982	45.924,000	6.671,245	14,53
1983	107.009,000	15.782,615	14,75
1984	359.537,000	55.235,414	15,36
1985	1.262.293,000	196.528,423	15,57
1986	3.270.303,000	520.828,442	15,93
1987	10.420.187,000	1.629.057,719	15,63
1988	78.223.118,000	13.026.501,080	16,65
1989	1.159.763.240,000	207.991.563,494	17,93
1990	28.658.302.661,000	4.847.022.945,443	16,91

FONTE: (1) IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, 1992.

(2) SUDENE - Agregados Econômicos Regionais do Nordeste do Brasil.

TABELA 03
BRASIL E NORDESTE
PRODUTO INTERNO BRUTO A CUSTO DE FATORES
(preços constantes de 1980)

ANOS	PIBcf do BRASIL ⁽¹⁾	PIBcf do NORDESTE ⁽²⁾
1970	12,1	-4,4
1971	19,1	27,0
1972	6,9	6,0
1973	9,8	12,3
1974	4,0	1,6
1975	7,3	9,5
1976	7,0	7,5
1977	8,6	9,3
1978	5,5	11,2
1979	5,7	8,2
1980	3,5	3,2
1981	-2,2	-0,9
1982	1,3	10,8
1983	-1,9	-3,6
1984	5,3	9,1
1985	13,9	7,8
1986	12,1	13,8
1987	0,8	-0,5
1988	-0,4	2,0
1989	-4,1	3,3
1990	-2,4	-8,0

FONTE: (1) IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, 1992.

(2) SUDENE - Agregados Econômicos Regionais do Nordeste do Brasil.

TABELA 04
BRASIL E NORDESTE
TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIBcf - 1970-1990
(preços constantes de 1980)

PERÍODO	BRASIL ⁽¹⁾	NORDESTE ⁽²⁾
1) 1970-80	8,1	8,3
a) 1970	12,1	-4,4
b) 1971-75	9,4	11,3
c) 1976-80	6,1	7,9
2) 1981-90	2,2	3,4
a) 1981-83	-0,9	2,1
b) 1984-86	10,4	10,2
c) 1987-89	-1,2	1,6
d) 1990	-2,4	-8,0
3) 1970-90	5,3	5,7

FONTE: (1) IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, 1992.

(2) SUDENE - Agregados Econômicos Regionais do Nordeste do Brasil.

TABELA 05
BRASIL: PARTICIPAÇÃO REGIONAL NO PIB E NA POPULAÇÃO

REGIÃO	% PIB (1990)	% POPULAÇÃO (1990)
SUL	16,75	15,05
SUDESTE	57,21	42,65
NORDESTE	16,91	28,91
NORTE	3,49	6,98
CENTRO-OESTE	5,64	6,41
BRASIL	100,00	100,00

FONTES: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, 1992.

TABELA 06
BRASIL: PIB PER CAPITA CUSTO DE FATORES POR GRANDE REGIÃO 1990

REGIÃO	PIB PER CAPITA EM US\$
SUL	2.772
SUDESTE	3.546
NORDESTE	1.173
NORTE	1.398
CENTRO-OESTE	2.187
BRASIL	2.527

FONTES: Congresso Nacional/Valores projetados pelo Programa de Estudos dos Estados, a partir dos dados do IBGE.

TABELA 07
BRASIL: PIB PER CAPITA A CUSTO DE FATORES POR UNIDADE FEDERADA(*) EM ORDEM
DECRESCENTE DE VALOR - 1990

UNIDADE FEDERADA	PIB PER CAPITA EM US\$	% DO PIB BRASILEIRO
01 SÃO PAULO	4.140	8,05
02 MATO GROSSO DO SUL	3.726	7,25
03 MINAS GERAIS	3.011	5,86
04 RIO DE JANEIRO	2.940	5,72
05 RIO GRANDE DO SUL	2.917	5,67
06 SANTA CATARINA	2.817	5,48
07 AMAZONAS	2.644	5,14
08 PARANÁ	2.608	5,07
09 AMAPÁ	2.596	5,05
10 ESPÍRITO SANTO	2.562	4,98
11 RORAIMA	2.500	4,86
12 DISTRITO FEDERAL	2.346	4,56
13 GOIÁS	1.854	3,61
14 ACRE	1.667	3,24
15 BAHIA	1.563	3,04
16 MATO GROSSO	1.398	2,72
17 PERNAMBUCO	1.343	2,61
18 RONDÔNIA	1.239	2,41
19 SERGIPE	1.124	2,19
20 PARÁ	1.065	2,07
21 ALAGOAS	1.040	2,02
22 MARANHÃO	1.032	2,01
23 RIO GRANDE DO NORTE	1.023	1,99
24 CEARÁ	1.004	1,95
25 PARAÍBA	708	1,38
26 PIAUÍ	541	1,07

FONTES: Congresso Nacional/IBGE - PNAD, 1990. (*) Exclusive o Estado do Tocantins.

TABELA 08
PARTICIPAÇÃO DOS SETORES ECONÔMICOS NO PIB NORDESTINO

ANOS	PIB NORDESTINO (CR\$ 1,00)	PARTICIPAÇÃO DOS SETORES EM %		
		AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS
1970	21,301	20,98	27,40	51,62
1971	29,975	27,37	25,66	46,97
1972	39,271	24,30	26,44	49,26
1973	57,645	28,21	25,55	46,24
1974	80,650	25,04	27,72	47,24
1975	115,835	23,91	27,62	48,47
1976	185,940	23,28	27,28	49,44
1977	284,709	21,81	26,73	51,46
1978	433,458	19,48	27,03	53,49
1979	744,964	19,80	28,03	52,17
1980	1.545,918	17,26	29,34	53,40
1981	3.087,364	16,69	27,76	55,55
1982	6.671,245	14,30	29,11	56,59
1983	15.782,615	13,18	32,34	54,48
1984	55.235,414	16,30	31,62	52,08
1985	196.528,423	16,23	30,15	53,62
1986	520.828,442	14,81	27,09	58,10
1987	1.629.057,719	13,13	30,03	56,84
1988	13.026.501,080	15,99	29,23	54,78
1989	207.991.563,494	20,40	27,10	52,50
1990	4.847.022.945,443	14,36	28,19	57,45

FONTE: SUDENE - Agregados Econômicos Regionais do Nordeste do Brasil.

TABELA 09
REGIÃO NORDESTE: ESTIMATIVA DO DESEMPREGO ABERTO E SUBEMPREGO

DISCRIMINAÇÃO	ANOS		
	1970 ⁽²⁾ EM 1000 PESSOAS	1980 ⁽²⁾ EM 1000 PESSOAS	1990 ⁽³⁾ EM 1000 PESSOAS
PEA: ATIVIDADE AGRÍCOLA	5.225	5.629	6.538
(a) DESEMPREGO ABERTO	26	28	190
(b) SUBEMPREGO INVISÍVEL	1.912	2.680	3.230
(c) MÃO-DE-OBRA NÃO REMUNERADA	946	954	1.791
SUBTOTAL (a+b+c)	2.884	3.662	5.211
PEA: ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS	3.129	5.825	10.694
(a) DESEMPREGO ABERTO	183	190	374
(b) SUBEMPREGO INVISÍVEL	669	2.018	3.240
(c) MÃO-DE-OBRA NÃO REMUNERADA	90	337	845
SUBTOTAL (a+b+c)	942	2.545	4.459
PEA: REGIONAL	8.354	11.454	17.232
(a) DESEMPREGO ABERTO	209	218	564
(b) SUBEMPREGO INVISÍVEL	2.581	4.698	6.470
(c) MÃO-DE-OBRA NÃO REMUNERADA	1.036	1.291	2.636
SUBTOTAL (a+b+c)	3.826	6.207	9.670

FONTE: (2) Sistema Regional de Indicadores Sociais (SIRIS).

(3) Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD).

NOTA: (a) e (b) estimativas do autor, de acordo com os conceitos apresentados neste trabalho.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Manuel Bosco de. & SOARES, Francisco de Assis. *Nordeste Versus Brasil: Desempenho Econômico-Social*. Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza, v. 25, n° 4, p. 475-498, out./dez. 1994.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Estado, Capital e Industrialização no Nordeste*. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 1991.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar. *Industrialização no Nordeste*. Conferência pronunciada no Seminário "Nordeste - Estrutura Econômica e Social, Desenvolvimento e Processos Políticos", promovido pelo CMS/PIMES. Recife, mar. 1992.
- BRASIL. SUDENE. *Agregados Econômicos Regionais do Nordeste do Brasil 1965-92*. Recife, SUDENE - DPG, 1994.
- BRASIL. SUDENE. *Indicadores Sociais do Nordeste*. Recife, 1985.
- BRASIL. Congresso Nacional. *Comissão Especial Mista. Relatório Final*. Relator: Senador Beni Veras. Brasília, 3v. 1993.
- CARVALHO, Otamar de. *A Economia Política do Nordeste - Secas, Irrigação e Desenvolvimento*. 2a. ed. Rio de Janeiro, Editora Campus. 1988.
- CASIMIRO, Liana Maria Carleial de. *Acumulação Capitalista, Emprego e Crise: Um Estudo de Caso*. 18a. ed. São Paulo: IPE/USP, 1986.
- CAVALCANTI, Clóvis & DUARTE, Renato. *À Procura de Espaço na Economia Urbana: O Setor Informal de Fortaleza*. Recife: SUDENE/FUNDAJ. Brasília M.T. 1980.

- DUARTE, Renato. *Dinâmica e Transformação da Economia Nordestina na Década de 70 e nos Anos 80*. Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza, v.20, n° 4, p. 339-378, out./dez. 1989.
- FERREIRA, Assuéro. *Elementos Estruturais do Subemprego no Nordeste Brasileiro*. Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza, v.13, n° 4, p. 743 à 759, out./dez. 1982.
- FUNDAÇÃO IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. 1992.
- FUNDAÇÃO IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Rio de Janeiro, v. 14, n° 04. 1990.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Traços Gerais da Evolução Recente da Economia e do Emprego no Nordeste*. Recife: SUDENE, p. 17 à 39. Editora Massangana. 1983.
- HOFFMANN, Helga. *Desemprego e Subemprego no Brasil*. Tese de Mestrado. São Paulo: USP. 1972.
- JATOBÁ, Jorge. *Emprego no Nordeste. 1950 - 1980: Modernização e Heterogeneidade. (Um Estudo para uma Política de Emprego)*. Recife: SUDENE. Editora Massangana. 1983.
- MELO, João Alves de. *Perspectivas de Investimento no Nordeste do Brasil*. Conferência proferida em Lisboa, em missão de captação de investimentos no exterior, BNB S/A. nov. 1993.
- MENDONÇA, Herundina Mota Neto de. *Pobreza e Subemprego urbano no Nordeste do Brasil*. Recife. SUDENE - População e Emprego, n° 26. 1991.

MEYER, Doris Rinaldi. *Nordeste: Um Estudo das Transformações da Estrutura Ocupacional*. Revista Brasileira de Estatística. Rio de Janeiro, v. 47, n^o 186, p. 213 -274, abr./jun. 1986.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1974.

TELXEIRA, Francisco José Soares. *Nordeste: Acumulação, Divisão Internacional do Trabalho e Absorção de Mão-de-obra*. Tese de Mestrado. Fortaleza: CAEN. 1993.